

Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO

Abel Cabral Couto

TGen (Ref)

Texto elaborado a partir da gravação e do respectivo plano de projecções apresentado no Instituto da Defesa Nacional a 15 de Dezembro de 2008, no âmbito do Ciclo de Conferências intitulado *Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO*.

A Vision for National Defence: Portugal-Europe-NATO

This text was written based on the record and power point presentation held in the National Defence Institute on the 15th December 2008. The speech was delivered in the context of a cycle of seminars on the subject A Vision for National Defense: Portugal-Europe-NATO.

0. Notas Prévias

Não elaborei um texto escrito, sendo a exposição apoiada em projecções. Sei o que gostaria de dizer, mas não sei bem o que o tempo me permitirá dizer, pelo que “saltarei” certamente grande parte das projecções que preparei.

Antes de desenvolver o tema proposto, formulo duas notas ou observações:

- Empregarei os termos “segurança” e “defesa” nas acepções tradicionalmente preconizadas no IDN e, em grande parte, reflectidas na LDNFA. Considero que o entendimento tradicional prevalecente em círculos dominantes da política internacional – a defesa como relativa às forças armadas e a segurança como respeitante aos vários tipos de forças policiais ou, na melhor das hipóteses, a ameaças não militares – é epistemologicamente oco, está visceralmente desajustado à realidade do mundo actual e origina uma dicotomia intelectualmente perigosa, responsável por erros evidentes, no passado e no presente. Basta lembrar o caso do Iraque, em que o vector militar foi pensado e empregado de forma isolada, sem qualquer articulação com os vectores económico, psicológico, jurídico, político-administrativo, etc., ou, num outro plano, o chamado “Documento Solana”, que ignora problemas de segurança tão importantes como os relativos à energia, às pandemias, às correntes de emigração descontrolada, ao ciberespaço, às alterações climáticas, etc. Como é sabido pelo grosso deste auditório, a problemática da segurança (como estado ou condição) e da defesa (como actividade pluri-instrumental) só pode, hoje em dia, ser eficazmente abordada numa perspectiva simultaneamente holística, que vai da segurança individual à da Humanidade, e sistémica, que encara e integra todos os vectores do poder (militar, económico, científico, diplomático, cultural, etc.).
- Assinalo algumas referências de interesse e que se encontram facilmente acessíveis na internet:
 - (a) *National Intelligence Council (USA)*
 - (1) *Global Trends 2025*
 - (2) *Global Scenarios 2025*
 - (b) *Defense Department (USA)*
 - (3) QDR 06
 - (4) QDR 10 (*drafts*)
 - (c) NATO
 - (5) *Strategic Concept*
 - (d) EU
 - (6) *European Security Strategy*

- (e) MDN
 - (7) Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- (f) *National Defense University* (USA)
 - (8) A obra *Strategic Challenges*, pela sua actualidade.

1. Introdução

Por deformação profissional, sou um escravo do método e, assim, a minha exposição obedecerá ao seguinte esquema, que se aproxima do preconizado para um “estudo da situação estratégica”:

- I. Objectivos ou Interesses
 - a. NATO e UE
 - b. Portugal
- II. Tendências “pesadas” da evolução
- III. Principais desafios ou ameaças
 - a. NATO
 - b. UE
 - c. Portugal
- IV. Bases para uma estratégia nacional
- V. A dimensão militar
- VI. Considerações finais

Todavia, não desenvolverei devidamente o esquema por duas razões: por evidente falta de tempo e por limitações pessoais, já que tal desenvolvimento exige equipas pluridisciplinares qualificadas e experimentadas, pelo que, das projecções que apresento, limitar-me-ei a aflorar os tópicos que me parecem mais relevantes. E, por razões práticas, considerarei como dados estruturantes, não passíveis de reversão, no horizonte (15 anos) admitido, a pertença de Portugal à ONU, à UE, à NATO e à CPLP.

2. Objectivos ou Interesses

- a. *NATO e UE*

Considero como principais objectivos ou interesses comuns destas Organizações, no domínio da segurança, os seguintes:

- (1) Contribuir para uma Ordem Internacional (OI) baseada nos valores democráticos, na lei e nos direitos humanos.
- (2) Colaborar com a ONU na preservação da paz e da segurança internacional.
- (3) Contribuir para a coesão, a estabilidade político-social, a justiça e bem-estar e o progresso nas suas áreas geográficas.
- (4) Contribuir para a estabilidade e desenvolvimento político, económico e social, e livre de armas de destruição maciça e de vectores de longo alcance, das regiões envolventes, a Sul, da NATO e da UE.
- (5) Preservar a liberdade de acesso a, e de comércio de, matérias-primas essenciais, incluindo a segurança das respectivas linhas de comunicações (marítimas, oleodutos, gasodutos, etc.).
- (6) Contribuir para a protecção do ambiente e preservação dos recursos em risco de esgotamento ou de desaparecimento.
- (7) Desenvolver uma base tecnológica, inclusive no domínio espacial, capaz de manter um ímpeto civilizacional, sustentador do progresso interno, e atractivo e prestigiante à escala mundial.
- (8) Contribuir para a neutralização de pandemias e para o controlo e recuperação dos efeitos de grandes catástrofes naturais, na área da UE.
- (9) Contribuir para a regulação dos fluxos migratórios.
- (10) Combater e neutralizar todos os tipos de ameaças à NATO e à UE como espaços de liberdade, segurança e progresso, tendo em especial atenção as ameaças militares e as ligadas ao terrorismo, ao tráfico de armamento e de equipamento e material nuclear, radioactivo, químico e biológico, ao narcotráfico, a outro crime organizado, à utilização criminosa do ciberespaço e ao radicalismo político e religioso.

b. Portugal

Nos termos do conceito estratégico de defesa nacional, e no quadro dos interesses comuns anteriormente referidos e dos princípios do D.I., são objectivos nacionais:

- (1) Garantir a soberania e a independência nacional.
- (2) Garantir a integridade territorial (espaços terrestre e águas territoriais, aéreo e marítimo sob jurisdição).
- (3) Garantir a segurança das populações, incluindo a protecção dos interesses e da segurança das que se encontrem no estrangeiro.

- (4) Garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado.
- (5) Garantir a salvaguarda do património, incluindo o natural.
- (6) Reforçar a coesão e as capacidades nacionais e o espírito de defesa.

Estes objectivos são estáveis ou permanentes e são, em grande parte, idênticos aos de qualquer outro Estado. Numa linguagem das transmissões, podemos dizer que definem a “onda suporte” da defesa nacional. Oportunamente estabeleceremos os objectivos conjunturais, próprios de um particular momento e contexto, e que, metaforicamente, definem a “onda moduladora” daquela defesa.

3. Principais Tendências “Pesadas” da Evolução

a. Generalidades

Uma visão para a defesa implica uma visão do futuro, num dado prazo. Embora esse futuro, no domínio do humano, seja imprevisível, já que construído por miríades de acções independentes de biliões de agentes e de acontecimentos naturais, não se parte do zero, pelo que será em forte medida formatado pela influência da situação presente e das decisões tomadas e dos acontecimentos verificados num passado mais ou menos recente que, devidamente analisadas, permitem detectar determinadas tendências da evolução em curso. Através de um esforço de prospectiva, é assim possível visualizar as principais características de futuros “possíveis” (cenários), no quadro dos quais a Política procura promover futuros “desejáveis” ou, pelo menos, “aceitáveis” e contornar ou evitar futuros “indesejáveis”. Para o efeito, há que saber explorar oportunidades e (papel da estratégia) prevenir, contornar, esvaziar ou neutralizar, atempadamente, obstáculos ou ameaças. Neste quadro geral, interessa definir e avaliar o que podemos chamar as tendências “fortes” ou “pesadas” da evolução em curso e que, em grande medida, condicionarão o Mundo de amanhã. A definição dessas tendências “pesadas” depende, evidentemente, da sensibilidade e cultura do analista, sendo esta mais uma razão para que o tratamento destes assuntos seja feito por equipas pluridisciplinares e com recurso a métodos usados na ciência prospectiva.

Na minha perspectiva, as principais tendências “pesadas” que condicionarão a evolução do Mundo, até ao horizonte dos próximos 15 a 20 anos, são as seguintes, constantes da projecção:

- (1) A viragem civilizacional.
- (2) A assimetria demográfica conjugada com a assimetria do desenvolvimento.
- (3) A passagem a um Mundo estrategicamente multipolar.
- (4) O controlo da globalização.
- (5) A crescente expansão dos valores da liberdade, do reconhecimento da dignidade humana e da protecção dos direitos individuais.

b. A viragem civilizacional

Nós estamos a sair da idade industrial e a entrar, crescente e aceleradamente, na era pós-industrial ou informacional, cujo despontar se inicia em meados do século passado, com o aparecimento do computador e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e dos grandes transportadores, e que entra em velocidade de cruzeiro e de forma irreversível com o aparecimento do PC e da net. A sociedade agrária era, essencialmente, transformadora dos produtos do solo e a sociedade industrial, que se lhe seguiu, era transformadora dos produtos do subsolo (por isso chamados “matérias-primas”), enquanto a sociedade informacional será fundamentalmente transformadora de dados e informações (conhecimento) e onde se intensifica, exponencialmente, a circulação de ideias e informações, de pessoas, de bens, etc. Daqui resulta, desde logo, uma consequência muito importante para a estratégia: enquanto, no passado, dominava uma geopolítica dos lugares (analisavam-se os mapas em função da localização dos grandes recursos naturais, das populações, dos grandes acidentes geográficos, etc.), a nova geopolítica nascente terá, inevitavelmente, de ser completada com uma geopolítica dos fluxos ou redes, baseada nas redes de comunicações, de circulação e de transportes, incluindo as do ciberespaço. E assim, hoje em dia, para se ter uma ideia da articulação do poder no Mundo, uma forma prática a que se pode recorrer é, por exemplo, a observação de uma carta da circulação aérea: ver-se-á rapidamente que a região do Pacífico norte é o actual centro geopolítico do Mundo.

Mas as consequências são muito mais vastas e profundas, muito para além do que vulgarmente se chama “globalização”. A viragem civilizacional em curso altera profundamente as formas de produção, as relações de produção, os valores, as formas sociais, a organização militar, os tipos de conflitualidade dominante, etc., etc., obrigando, em todos os domínios, a uma “mudança de paradigma”, conforme o bordão em voga, em que os referenciais de um passado relativamente recente se vão revelando cada vez mais desajustados. Estas profundas alterações implicam também profundas mudanças estruturais em todos os domínios, processo que é

indutor de crises variadas, dado que há sempre resistências à mudança das antigas estruturas (em parte pelo jogo de interesses instalados), nem sempre é fácil adverter a tempo o seu sentido, a criação de novas estruturas requer tempo e recursos, etc., etc. Em meu entender, se quisermos raciocinar em relação ao futuro, convém situar-nos um pouco mais de dois séculos atrás, quando se iniciou a passagem da idade agrária para a era industrial, com o aparecimento do motor. Isso originou transformações de tal forma profundas nas estruturas económicas, financeiras, sociais, militares, científicas, etc., que, mesmo sem ser à luz do marxismo, podemos interpretar grande parte do ciclo de transformações sociais, de revoluções e mesmo de guerras que atravessam todo o século XIX como consequência do processo de ajustamento do *ancien* ao *nouveau* regime. Julgo que nos encontramos num processo análogo, pelo que, à luz do passado, convirá estarmos atentos ao risco de grandes instabilidades, sociais e não só, à escala mundial, das quais começam a surgir afloramentos evidentes.

Uma outra característica da viragem civilizacional respeita a movimentos que originam fenómenos de coordenação/integração, para melhor se enfrentarem problemas comuns, acompanhados por fenómenos inversos de fragmentação e diferenciação. Encontramos isso em todas as áreas que observemos, como, por exemplo, na da moda: a par das grandes superfícies, onde a maior parte se veste, existem as “boutiques” especializadas, que vendem produtos exclusivos ou em limitadas quantidades, mas que rendem tanto ou mais que as grandes superfícies. Assim, enquanto a sociedade industrial era massificadora, a era informacional é desagregadora e diferenciadora, propícia à afirmação das identidades ou do Ser, desde o nível individual ao colectivo (povos e nações). Na esfera política, observa-se a implosão ou a eclosão de graves conflitos internos em federações ou em Estados em que exista notória falta de homogeneidade étnica, religiosa ou cultural, com vista à criação de novos Estados, bem como a acentuação das descentralizações, com a afirmação crescente de autonomias, de regiões e dos municípios; na esfera económica, vemos a desagregação (os economistas preferem o termo segmentação...) da produção (por grupos de componentes), do mercado (nichos), do transporte (contentorização), da prestação de serviços (“outsourcing”), etc., etc.; na área do trabalho, os horários flexíveis, o “part-time”, o trabalho no domicílio, a vídeo-conferência, etc.; na comunicação (siglas, SMS, blogues, infografia, etc.); na organização militar, a força-tarefa, a modulação, etc.; no domínio da violência, a acção dos pequenos grupos (o terrorismo, os “gangs”, o regresso da pirataria, etc.); e, no campo da segurança, o crescente desenvolvimento de organizações privadas, de “condomínios fechados”, etc. Por isso vários autores falam de uma remedievalização, sem que tal signifique uma regressão civilizacional, ou de que a pós-modernidade tenderá

a revestir-se de muitas das formas da pré-modernidade. Este carácter desagregador da viragem civilizacional tem, no domínio político, uma consequência polemológica extremamente importante: tal como já acontece hoje em dia, a maior parte dos conflitos violentos futuros serão de origem identitária, por razões étnicas, religiosas, linguísticas, etc., o que deverá originar alterações significativas nos tipos, sistemas de instrução e treino das forças armadas. E, naquela perspectiva, julgo que devemos estar atentos à emergência do nacionalismo índio ou indígena em toda a América Latina, o qual, não só tende a opor-se ao que é estrangeiro, como todos os nacionalismos exacerbados, (nos planos mais evidentes da raça e da economia), mas também (e esta a novidade), no plano interno, à sociedade até agora dominante, entendida como herdeira da antiga sociedade colonial. Este novo nacionalismo étnico, já afirmado na Venezuela, Bolívia, Peru, etc. conduzirá a uma instabilidade endémica na América Latina e a um reforço, em nome do “perigo estrangeiro”, do controlo das estruturas militares e do seu fortalecimento e, assim, poderá abrir o caminho a uma corrida aos armamentos na América Latina e à penetração de outras GP, que não os EUA, com as consequências, a prazo, evidentes.

Um outro aspecto, que saliento, refere-se a um determinado linguajar – por exemplo, centro e periferia –, que tende a tornar-se obsoleto e a ser substituído por termos como “rede”, “pólo” ou “nodo”. Costumo referir que, enquanto na sociedade industrial podemos encarar como modelo conceptual o da química inorgânica, com um centro (núcleo) duro e centrípeto e periferias-satélites em órbita, na sociedade informacional o mais ajustado será o da química orgânica, de articulação reticular, que se desenvolve por captura de novos elementos ou por libertação fácil de outros. Por exemplo, no campo económico tal é já evidente com o aparecimento de “holdings”, de “grupos”, etc. Notórias diferenças entre os dois tipos de sociedades, com consequências também estratégicas, podem ser aquilatadas sobrevoando a região de Chicago – cidade industrial do passado, com as suas grandes fábricas ocupando milhares de hectares – e as regiões de *Silicon Valley* e *Fenix*, pulverizadas por pequenas superfícies e grupos de escritórios. Todo este fenómeno tem uma consequência político-estratégica muito importante. Ao promover desenvolvimentos piramidais, a civilização da era industrial privilegiava a verticalidade, inclusivamente em termos políticos, onde a articulação é vertical, em que as separações entre os actores eram feitas por fronteiras que se pretendia fossem fronteiras-muros, isto é, anti-intrusão, não só militar, mas também de controlo de pessoas, de mercadorias, etc. Hoje, numa sociedade de fluxos, impõe-se a transversalidade. Gera-se, assim, um grande desajustamento funcional, com consequências delicadas, na articulação entre o mundo político, que privilegia a verticalidade, e o mundo da realidade económico-social, que ora privilegia a transversalidade.

Como mais relevante característica da era informacional, temos o aumento exponencial, e sem possibilidade de controlo, da capacidade de acesso à informação e ao conhecimento, através da internet, o que progressivamente originará modificações revolucionárias no sistema de ensino e escolar, inclusive na concepção das Universidades. A facilidade de acesso de grandes massas humanas à informação e a maior generalização do conhecimento reflectem-se, no plano individual, na diminuição das dependências e aumento dos graus de liberdade de decisão e de acção, ou seja, na autonomia e capacidade de afirmação do indivíduo: no seio da instituição militar, a disciplina será mais aceite que imposta e a obediência mais assumida que cega, e na medida em que uma e outra sejam compreendidas. Mas com uma consequência muito grave no plano estratégico: como a inteligência e o conhecimento tanto podem ser postos ao serviço do bem como do mal, aquela facilidade de acesso abre caminho ao que podemos chamar a “democratização da violência”, numa escala impensável há poucas décadas. Actualmente, qualquer leigo pode facilmente aceder a toda a informação sobre instrumentos de grande letalidade, no domínio dos agentes biológicos, químicos, radioactivos, etc. Esta democratização da violência de grande letalidade facilita, por seu turno, a desagregação da força armada, contrariando-se, assim, o que foi o processo histórico e progresso civilizacional de monopolização da força pelo Estado. Surgem organizações armadas não-estatais, na base dos frequentemente chamados conflitos “não-clausewitzianos”, designação que acho preferível à de conflitos assimétricos, que sempre existiram desde David e Golias. Aliás, a busca da assimetria é da essência da reflexão e da acção estratégica. Por outro lado, mesmo no seio do Estado vão-se desenvolvendo aceleradamente organizações privadas de segurança, que lenta mas progressivamente se vão dotando de meios armados significativos e a cujos serviços os próprios Estados, de forma crescente, recorrem.

Finalmente, o aumento exponencial do número de Estados (em consequência dos processos de desagregação e das afirmações identitárias e ao arrepio de muita literatura sobre o fim do Estado-Nação...) e de outros e variados tipos de actores não-estatais, que vão desde organizações internacionais a organizações clandestinas, passando pelas organizações transnacionais ou não-governamentais, transformam o antigo sistema político internacional, relativamente simples e homogéneo, num sistema mundial denso, heterogéneo, complexo e heteromorfo. Neste novo sistema, o tratamento dos assuntos político-estratégicos (da mesma forma que está a acontecer na abordagem de problemas económicos) vem apelando aos possíveis contributos de novas teorias, como as da não-linearidade, do caos, dos sistemas complexos adaptativos, etc., que hoje fazem parte da fronteira da reflexão estratégica. E, nesta viragem, interessa ter presente que o espaço es-

estratégico, tradicionalmente de três, passou a seis dimensões, sendo o ciberespaço de importância fundamental.

c. As assimetrias demografia / desenvolvimento

Quanto às assimetrias demografia / desenvolvimento, é sabido que as zonas pobres do globo se caracterizam por uma grande explosão demográfica, com elevada taxa de população jovem, e grande atraso educativo e tecnológico, enquanto as zonas ricas se encontram em declínio demográfico, com uma população fortemente envelhecida, mas nelas se concentra o desenvolvimento tecnológico. Daqui resulta, nas zonas pobres, uma grande dificuldade de arranque dos processos de desenvolvimento; riscos de instabilidade política, económica e social, com uma juventude facilmente atraída por correntes radicais; e o desenvolvimento de grandes fluxos migratórios para as zonas ricas, de difícil controlo. Em contrapartida, nas zonas ricas, a inversão da pirâmide etária compromete a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e, a prazo, a do próprio desenvolvimento, já que só a juventude tem vitalidade e criatividade ou grande abertura à inovação e ao futuro (as pessoas de idade têm a utilidade da experiência e da sagesa, mas estão, em regra, mais saudosas do passado que voltadas para o futuro...), ao mesmo tempo que as possibilidades de desagregação das produções e de criação de sistemas de direcção e controlo em rede, já referidos, permitem a transferência de instrumentos produtivos para zonas de recursos ou custos de produção mais baratos. Esta migração de fábricas e de outras actividades produtivas origina um desemprego estrutural, que vai ser reforçado com o derivado do efeito predador da constante evolução tecnológica, que afecta sobretudo os atingidos para lá do período médio de vida activa. Há 50 anos os empregos de massa citadinos, nos Serviços, eram os de dactilógrafos, arquivistas, telefonistas, contínuos, etc. Hoje praticamente desapareceram. As novas profissões de ponta são no domínio da informática, da saúde, etc. Este desemprego gera o risco de instabilidade social, enquanto que o da emigração descontrolada favorece o desenvolvimento de fenómenos de xenofobia e racismo.

No caso da Europa, temos inevitavelmente uma alteração da sua paisagem humana nas últimas décadas: uma africanização e uma islamização, paulatinas, de apreciáveis manchas, em especial no Sul; uma redução do número de crianças e consequentemente da rede escolar, e um grande aumento do número de idosos, com os problemas sociais conhecidos. Ao mesmo tempo, verifica-se uma alteração da relação demográfica histórica entre as margens norte e sul do Mediterrâneo, com potenciais consequências muito graves, dado que o facto de historicamente o Norte ter dominado ou se ter superiorizado ao Sul deveu-se, em grande parte,

à sua superioridade demográfica. Esta situação demográfica da Europa – população estagnada ou em recuo, envelhecida, com pouca vitalidade e cada vez menos homogênea – levanta a questão preocupante de saber se a Europa se encontra num processo de decadência, tal como aconteceu com outros espaços no passado.

A explosão demográfica à escala mundial, associada ao desenvolvimento económico e social que, apesar de tudo, se estende a cada vez maiores massas humanas, originam, como é sabido, uma enorme pressão sobre o ambiente e os recursos, que põe em causa a sustentabilidade do modelo civilizacional dominante. Ao fim de milhões de anos, a humanidade chegou aos dois biliões de habitantes em meados do século passado; actualmente, passados 50 anos, o número triplicou; estima-se que daqui a um quarto de século andaremos pelos dez biliões (se, entretanto, não surgir uma grande catástrofe, natural ou não); e presume-se que então a população mundial estabilizará, com uma proporção de grandes ou médios consumidores superior à actual. (Agora é que Malthus começa a ser actual e convém ser relido...). São bem conhecidas as potenciais consequências destas perspectivas, de uma população muito mais numerosa, com uma maior capacidade de consumo de recursos na sua maior parte finitos, pelo que nos abstermos de as desenvolver. Recordarei apenas que o risco (em desenvolvimento inicialmente lento, mas sempre em aceleração crescente) de uma enorme catástrofe ecológica, constitui, talvez, a maior ameaça à Humanidade como um todo; e que tendo sido o processo, ao longo de milhões de anos, de enterramento do carbono que originou o progressivo arrefecimento da atmosfera, que por seu turno propiciou o aparecimento e desenvolvimento da espécie humana, não se pode sustentar uma civilização num modelo em que a fonte de energia essencial assenta num processo inverso de desenterramento e queima desse mesmo carbono, agravado com a desflorestação de áreas crescentes. E, neste quadro, creio que, independentemente de alterações nos padrões de consumo e de desperdício de energia e de um maior recurso a energias renováveis, será inevitável uma retoma da energia nuclear, no quadro da qual se intensificará a investigação visando o controlo da fusão nuclear. Chamo ainda a atenção para as conseqüentes novas fronteiras da conflitualidade: a água, os recursos do mar, os fundos marinhos e as regiões polares. A água é, já hoje, um recurso geopolítico fundamental, de importância exponencialmente crescente no futuro. Por isso não me abstenho de dizer que considero, entre nós, a questão da barragem de Foz-Côa um “combate de área da retaguarda”, porque, talvez daqui a 20 anos, populações e decisores políticos serão obrigados a outras opções.

d. Passagem a um mundo multipolar

Passo à questão da mudança de polaridade. Ao longo da maior parte da História (europeia) o sistema internacional foi multipolar; estivemos num mundo bipolar durante quatro décadas, durante a Guerra Fria; passámos, por curto tempo, a uma ordem unipolar de hegemonia; e começámos a entrar, de novo, num mundo multipolar, em que os pólos serão a China, os EUA e a Rússia (pelo menos durante algum tempo) e, provavelmente, a Índia e onde, a médio prazo, o Brasil e a União Europeia poderão vir a alcançar posição de grande relevância. (Se nos colocarmos numa perspectiva semelhante à de Tocqueville, a China e a Índia poderão ser os substitutos dos EUA e da Rússia; numa outra perspectiva histórica, os EUA poderão estar a entrar numa fase de decadência semelhante à do UK, um século atrás). Refiro ainda, por razões compreensíveis, as perspectivas promissoras que se podem abrir à África Austral, de grande importância no quadro da CPLP, e que contribuiriam, com o Brasil, para a relevância futura do Atlântico Sul – para o “mar moreno” de que fala o Prof. Adriano Moreira, – como espaço geocultural de forte influência lusófona. Mas o aspecto que ora pretendo salientar é o seguinte: a História mostra que há como que uma “tectónica do poder”, de forma que as grandes alterações na sua distribuição ou são fadoras ou são o resultado de grandes crises ou guerras, tal como os ajustamentos nas placas terrestres originam sismos ou vulcões. De facto, toda a SP acaba por definir, de forma mais ou menos explícita, áreas de segurança ou zonas-tampão que pretende controlar ou, no mínimo, onde pretende impedir a presença militar de outras SP, bem como acaba por projectar interesses à escala mundial, que vão colidir com os de outras SP. Esta redistribuição mundial de áreas de segurança, de influência e de interesse é tensa e tem sido fonte de graves conflitos no passado, determinantes de novos e futuros equilíbrios. O grande problema que se coloca é o de evitar os dramas do passado e conseguir gerir adequadamente, de forma lúcida e controlada, a transição para um sistema multipolar. Os mecanismos de regulação que vêm sendo desenvolvidos e aperfeiçoados após a II Guerra Mundial e, sobretudo, o risco de uma hecatombe nuclear permitem um apreciável grau de optimismo.

e. Controlo da globalização

Uma outra “tendência pesada” é a que chamo “controlo da globalização”. Conforme já referi, entrámos numa sociedade de fluxos, entre outros nos domínios financeiros, com os mercados ligados electronicamente em rede 24 horas por dia, e nos da informação ou ideias. No mundo físico, todos os fenómenos de fluxos

tendem para o caos, que assim se torna previsível, embora não predizível quanto ao momento, amplitude e duração. Ora embora seja uma questão filosoficamente em aberto a de saber se a teoria do caos pode ser aplicada a fenómenos das ciências humanas, as perspectivas criadas pelas teorias da não-linearidade e do caos aconselhariam, pelo menos, uma atitude de prudência na forma de encarar os fluxos da esfera social. Para aqueles que há algum tempo se preocupam com a potencial aplicação das teorias anteriormente referidas aos fenómenos estratégicos, bélicos ou não, económicos, financeiros, migratórios, sanitários, etc. a actual crise financeira, que se tornou económica, que se tornará social e provavelmente política e que terá consequências profundas na hierarquia das Potências, era há muito receada. Mas, um tanto surpreendentemente, a crise é, em grande parte, o resultado de medidas preconizadas por grandes economistas, enquanto outros têm sido mais férteis em encontrar as causas da actual crise que em prevê-la. Das muitas explicações que têm sido avançadas – umas próximas, outras mais remotas, umas estruturais, outras conjunturais – em meu entender, independentemente da ambição, da cupidez, da corrupção, das mistificações, manipulações ou evasões, etc., que, ao longo da História, sempre foram adubos de peso do poder e do dinheiro, destaco as que a filiam em dois fenómenos do mesmo tipo: a alteração do rumo dos grandes fluxos financeiros (os EUA com uma enorme dívida e a China, a Índia e certos países produtores de petróleo com grandes reservas financeiras), reflectindo um nível de vida artificial dos EUA; e a circulação de enormes e variados fluxos financeiros, com produtos inovadores e sofisticados, mas opacos, e estimulada, nos EUA, por um sistema bancário paralelo (de investimento) funcionando praticamente em “roda livre”, tudo num mercado à escala mundial electronicamente interligado, sem eficazes sistemas de supervisão e controlo, por insuficiências, inadequações ou omissões dos sistemas existentes, em relação à escala, tipologia e velocidade desses novos fluxos. Estes enormes fluxos incorporam os do “dinheiro sujo” (que, segundo alguns autores, representa não menos de 20% do total), cuja “lavagem” proporciona lucros fabulosos, que vão exponenciar os fenómenos especulativos, que acabam por gerar uma relação anormal entre o capital real e o virtual. A crise em curso, além de provocar a destruição de um enorme capital, virtual mas não só (e que afectará substantivamente também o mundo árabe), deverá conduzir à introdução de “torneiras de segurança” em várias áreas, através da reforma de certas instituições internacionais, e eventual criação de outras, e através da revitalização e reforço de mecanismos de regulação, controlo e supervisão nacionais e internacionais, tal como, aliás, vem acontecendo relativamente a outros fenómenos de grandes fluxos (recurso a infra-vermelhos, “chips”, videovigilância, inspecções sanitárias e alimentares, sensores, etc.). A evolução parece ser, portanto, no

sentido do reforço do papel regulador do Estado, ao arrepio das correntes que confundem a globalização com a liberdade ilimitada de fluxos, por opção ideológica ou por crença numa inevitabilidade. A globalização, na correcta acepção do termo, é um fenómeno irreversível, na medida em que resulta do progresso tecnológico. Assim, creio que falar contra a globalização nos termos de muito discurso frequente se assemelha à atitude daqueles que, há dois séculos atrás, se opunham à industrialização. Em meu entender, a tendência para o controlo da globalização não se deve colocar, portanto, no plano da ideologia, mas sim no duma racionalidade que visa evitar o caos. Pelo que, como sugeriu alguém, não se trata de uma opção entre a gula e a abstinência, mas de uma questão de temperança... Mas é provável que, a par de política económica, de que se tem falado exclusivamente, se volte a falar de economia política. De qualquer forma, parece-me ilusório pensar num retorno, no fim da crise em curso, ao *statu quo ante*, pois estamos em presença de uma alteração estrutural profunda, inclusive na distribuição do poder financeiro e quanto ao actor político e bancos dominantes, e ditada por uma viragem civilizacional irreversível. E implicará uma revalorização do papel do Estado nacional, que reforça a ditada pelo efeito desagregador da sociedade informacional, antes referido.

f. Extensão dos direitos humanos e individuais

Finalmente, faço uma curta referência à extensão da liberdade, da democracia, da noção da dignidade e dos direitos humanos, da dignificação da condição feminina, etc., a crescentes massas humanas, com as correspondentes tendências para a rejeição de regimes ditatoriais ou autoritários e da violência excessiva ou prolongada e para a valorização do Direito. Tal conduz a uma limitação da liberdade de acção dos Governos, que dificilmente poderão governar contra a opinião pública. Por outro lado, a crescente difusão do conhecimento e a facilidade de acesso à informação alteram a relação histórica entre governantes e governados: no passado, aqueles impunham-se facilmente a estes porque detinham o poder da informação, já que só eles tinham acesso aos “dossiers” e os conheciam. Hoje em dia, existem manchas significativas de governados que, sobre qualquer assunto, sabem tanto ou mais que os governantes. Esta nova situação conduz à possibilidade de rápidas mutações das bases de apoio político e de surgimento de crises de governabilidade e à busca de novos sistemas de decisão, de legitimação, de representação e de controlo político. Por outro lado, a maior e mais difusa capacidade de afirmação do “eu” pode ter o efeito perverso de um reforço do individualismo e do egoísmo, com o sacrifício das solidariedades e dos sentimentos colectivos. Finalmente, esta situação pode evoluir

para um processo já previsto por Aristóteles, em que a democracia pode degenerar em demagogia e esta na anarquia, o que remeteria o processo às suas origens.

4. Principais Desafios ou Ameaças

E passo ao capítulo quarto desta exposição, sobre os principais desafios e ameaças à segurança. Está projectada uma lista que, não sendo exaustiva apesar de ser longa, contempla, segundo julgo, os principais desafios ou fontes de ameaças à NATO, à UE e a Portugal:

a. NATO

- (1) Solidez.
- (2) China.
- (3) Balcãs asiáticos.
- (4) Paquistão / Afeganistão.
- (5) Rússia.
- (6) Ucrânia / Geórgia.
- (7) Médio Oriente.
- (8) Bacia do Mediterrâneo.
- (9) Proliferação de ADM e de vectores de longo alcance (Irão).
- (10) Terrorismo transnacional / fanatismo islâmico.
- (11) Segurança das linhas de comunicações.

b UE

- (12) Identidade.
- (13) Demografia.
- (14) Energia.
- (15) Crime organizado.
- (16) Instabilidade social.
- (17) Balcãs.
- (18) Imigração descontrolada.
- (19) Subdesenvolvimento / Estados falhados.
- (20) Conflitos regionais em áreas de interesse (Regiões próximas, regiões “pivot” e ex-colónias).

- (21) Ambiente e alterações climáticas.
- (22) Pandemias.
- (23) Grandes acidentes e catástrofes naturais (acidentes nucleares, sismos, grandes incêndios florestais, etc.).
- (24) Espaço e outra investigação científica de ponta.

c. Portugal

- (25) UE.
- (26) Espanha.
- (27) Protecção e evacuação de emigrantes.
- (28) Unidade nacional.
- (29) Vigilância da ZEE.
- (30) Busca e salvamento.
- (31) Poluição marítima.
- (32) Protecção das pescas na costa africana próxima (pirataria).
- (33) Vigilância e controlo das costas e águas territoriais.
- (34) Vigilância e controlo do espaço aéreo.
- (35) Vigilância e controlo do espaço terrestre.
- (36) Vigilância e controlo das fronteiras (terrestre, aérea e marítima).
- (37) Energia.
- (38) Crime organizado (narcotráfico, tráfico de armamento, lavagem de dinheiro, máfias e “gangs”, etc.).
- (39) Terrorismo transnacional (segurança NBQ, de portos e aeroportos e de centros vitais ou carismáticos).
- (40) Segurança cibernética.
- (41) Instabilidade social.
- (42) Imigração descontrolada.
- (43) Compromissos no quadro da NATO.
- (44) Compromissos no quadro da UE.
- (45) Compromissos no quadro da CPLP.
- (46) Ameaças por omissão.

d. Análise sumária

Não é possível abordarmos todos estes itens. Diremos, porém, que em relação a todos eles haveria que avaliar e definir quais os instrumentos (diplomáticos, eco-

nómicos, policiais, psicológicos, militares, etc.) mais adequados para os tratar e enfrentar, no quadro de uma defesa integral, que não se preocupe apenas com a solidez da porta, mas olhe também para a fragilidade das janelas ou do telhado... Faremos, apenas, algumas considerações sobre os desafios / ameaças que consideramos mais importantes ou relativos a aspectos menos referidos.

A NATO enfrenta cinco problemas internos que determinarão o seu futuro: um no domínio da sua composição (alargamento); outro relativo à sua coesão; um terceiro quanto à área geográfica de intervenção; um quarto respeitante ao grau de empenhamento dos seus membros; e o último referente ao seu potencial estratégico. O primeiro problema relaciona-se fundamentalmente com a Ucrânia e a Geórgia. É compreensível, legítima nos termos do DI e estrategicamente desejável em muitos aspectos a pretensão dos dois países de aderirem à NATO, com um fortíssimo apoio dos EUA. Mas tal adesão suscitaria uma forte e compreensível animadversão e variadas reacções da Rússia, em diversos campos, dirigidas não só aos EUA, mas também à UE, Ucrânia e Geórgia, com a emergência de um novo clima de Guerra Fria e de continuadas acções de desestabilização numa região crítica. Por outro lado, por razões que aduzirei oportunamente, considero do maior interesse estratégico, para o futuro, o desenvolvimento de um clima de confiança e entendimento entre a Rússia e a NATO. Sou, assim, de opinião que a eventual adesão da Ucrânia e da Geórgia à NATO deve ser adiada indefinidamente e que a “amarração” daqueles dois países ao Ocidente e a uma maior capacidade de desenvolvimento, estabilidade e segurança devem ser asseguradas por outras vias (integração na UE), logo que possível.

Quanto ao segundo problema, a crescente dependência energética da Europa em relação à Rússia tende a reforçar os laços a Leste e a enfraquecer a identidade com o Ocidente; por outro lado, por razões diferentes e com maior evidência após a Guerra Fria, a França e a Alemanha oscilam, histórica e ciclicamente, entre uma orientação mais anglo-americana (atlantista) ou russa (continentalista), o que naturalmente inquieta a Polónia, países bálticos e República Checa, com naturais reflexos na NATO e na UE.

Quanto à terceira questão, os EUA protegeram os seus interesses e garantiram a segurança dos europeus ocidentais quando a ameaça se situava a Leste e vizinha da Europa Ocidental. Agora que a ameaça militar se situa a Oeste dos EUA, e distante da Europa, estarão os europeus dispostos a correr riscos com os EUA? Há, assim, os que advogam os estritos limites geográficos da Aliança e os que colocam o acento tónico na comunhão das ameaças ou riscos.

Quanto à quarta questão, a contribuição para a NATO pode ser feita com forças, bases e/ou outras instalações e, quando feita com forças, estas podem variar quanto

ao volume e natureza e quanto à disponibilidade e grau de prontidão, de acordo com decisões tomadas por cada governo caso a caso. Mas poderá a Aliança subsistir quando a participação com forças de alguns países europeus é feita com *caveats* tais que evidenciam a falta de vontade para combater? (Creio que, em grande medida, o futuro da NATO se está a jogar no Afeganistão).

Finalmente, a crise financeira e económica em curso vai reduzir substancialmente o potencial estratégico americano (e europeu, embora de forma menos sensível, porque já era baixo): os EUA vão ter de reformular profundamente a sua política, adaptando os objectivos às suas reais capacidades e procurando dar prioridade à política interna (mas, neste campo e como sempre, tal também depende da “agenda” dos Outros...); vão ter de proceder a uma grande retracção estratégica, reduzindo os empenhamentos externos aos que considerem de alta prioridade, adoptando posturas defensivas e cautelosas na avaliação de custos e riscos e procurando obter o máximo de apoios e de aliados; e alterarão provavelmente prioridades na sua programação militar. Daqui resultarão certamente pressões crescentes sobre os seus parceiros da NATO, quanto a uma mais favorável repartição de forças e de custos, e que os governos dificilmente poderão satisfazer, em função da crise e da pouca compreensão das opiniões públicas. Desta forma, creio que a capacidade de acção da NATO vai diminuir significativamente.

E passo à questão da China, que considero o problema estratégico número um, no médio ou longo prazo, enquanto, no curto e médio prazo, se trata do problema do fundamentalismo islâmico, que alimenta o terrorismo transnacional. O problema estratégico que está a ser criado pela China é encarado, frequentemente, como uma “evolução na continuidade”. Em meu entender, tratar-se-á de um problema quantitativa e qualitativamente novo, sem nada de similar no passado.

A nossa experiência política histórica respeita a unidades políticas com uma população que vai, no máximo, até 250 milhões de habitantes, dos quais cerca de metade são seres activos, com capacidade de criação e de decisão, isto é, verdadeiros cidadãos. É evidente que a China tem várias centenas de milhões de habitantes há muito tempo. Mas, à parte o período de fulgor de antigas dinastias, nos últimos séculos têm sido seres humanos mais objectos que verdadeiros sujeitos, ou seja, sem dinamismo, sem (ou com muito reduzida) capacidade de criação, de produção ou de intervenção, sob o controlo de potências externas. Dificilmente podemos imaginar qual será a dinâmica político-estratégica de um actor com várias centenas de milhões de cidadãos tecnologicamente evolucionados, afluentes, criativos, dinâmicos e motivados por um orgulho nacional regenerador de um largo período de decadência e de humilhações. Colocam-se questões originais nos domínios das ciências política

e estratégica. Concentrando-nos, apenas, no âmbito da estratégia, parece-me de admitir, numa primeira fase, uma concentração de esforços no desenvolvimento, organização, integração e capacidade de controlo do espaço interno chinês, esforço em que assumirá especial relevância o desenvolvimento de extensas redes rodovias e ferroviárias e de telecomunicações. Para o efeito a China não depende do investimento estrangeiro, já que dispõe de avultadas reservas financeiras. Tal como os EUA, a China terá também de fazer uma marcha para Oeste, mas não encontrará um outro mar... Será então verdadeiramente uma SP, descomunal (grande superfície, demografia, capacidade tecnológica, económica, militar, civilizacional, etc.). A duração desta fase será, julgo, inferior ao que vinha sendo admitido, dado que a China emergirá desta crise como grande potência financeira, detentora dos Bancos mais poderosos do Mundo e com taxas de crescimento, apesar de mais reduzidas, mesmo assim excepcionais para os padrões tradicionais. A partir daí, parece-me que quatro cenários poderão ser encarados: implosão e/ou graves perturbações internas; expansão; contenção; contenção e expansão controlada.

Quanto ao primeiro cenário, alguns observadores advertem três potenciais fontes de desagregação: a tensão entre as regiões litorais e as interiores, de natureza económico-social (e étnico-religiosa, em relação a um apreciável segmento de população junto da fronteira oriental, de origem turcomana e islamizado); a tensão entre as zonas norte e sul (Pequim e Xangai), de raiz económica e histórico-cultural; e a eventual incapacidade de o actual regime político evoluir para formas e estruturas capazes de responderem às exigências das novas situações, isto é, de criar um sistema político original em relação à experiência histórica. Tal poderia degenerar numa luta pelo poder entre facções e originar, no mínimo, um período de instabilidade e de eventual regressão no processo evolutivo em curso, que congelaria o actual desenvolvimento e a afirmação da China como uma verdadeira SP. Acresce ainda o efeito desagregador da sociedade informacional, bem como a questão do Tibete. Todavia, a China tem uma tradição de unidade, nunca comprometida pelas várias vicissitudes históricas.

O segundo cenário considero-o inevitável. Há como que uma “física do poder”, que faz com que todas as grandes potências sejam expansionistas: são porque o são e vice-versa. A expansão pode fazer-se através de três grandes vectores – militar, económico e cultural –, qualquer deles podendo servir de “ponta de lança”, mas acabando por ser seguido, protegido ou explorado pelos outros dois, para o que se tornará necessário o desenvolvimento de uma expressiva capacidade aero-naval. Por razões evidentes, creio que o vector explorador será o económico, o que já se vem manifestando na busca do controlo de fontes de recursos energéticos e de outros recursos minerais estratégicos, especialmente em África, na América Latina e na Oceânia.

Quanto à contenção da China, tal será o fulcro da estratégia americana futura, já concebida pela anterior Administração. É facilitada pelo facto de a China, ao contrário do que acontecia com a antiga URSS, ser envolvida por espaços geopoliticamente fortes – os EUA, a Rússia, a Índia (todas potências nucleares) e o conjunto insular constituído por um rosário de ilhas que incluem o Japão e que cerceiam fortemente a liberdade de acesso ao mar. Trata-se, por conseguinte, de construir um entendimento estratégico (não formal) entre estas potências que, a par da criação de um clima de confiança, de intensificação de relações e de cooperação com a China, na resolução de grandes problemas comuns ou mundiais, dissuada a China de qualquer aventura militar, inclusive relativamente a Taiwan. Por outro lado, aquela contenção é dificultada pelo facto de que a China tem disposto, no meu entender, de dois *off-shores* estratégicos – a Coreia do Norte e, em parte, o Paquistão, este através de segmentos dos seus sistemas de informações e nuclear – e que vêm condicionando fortemente a agenda estratégica americana. É no quadro desta estratégia de contenção que situo a necessidade de um bom entendimento entre os EUA e a Rússia, que há momentos relevei.

O último cenário que referi é uma combinação dos dois anteriores: assenta, essencialmente, na aceitação de uma expansão controlada da China para o estabelecimento de uma zona de segurança livre da presença de forças militares ameaçadoras ou constrangedoras e numa auto-contenção da China no desenvolvimento do seu potencial militar, em termos quantitativos e qualitativos, bem como numa efectiva colaboração daquela na resolução do problema nuclear norte-coreano e na estabilização do Afeganistão. De qualquer maneira, o desenvolvimento militar da China e da Coreia do Norte, associado a uma quebra do potencial relativo dos EUA, originará provavelmente um esforço armamentista na região, que se prolongará ao Japão, à Índia, Indonésia e Austrália.

Faço, seguidamente, uma curta referência aos “Balcãs asiáticos”, estudados há alguns anos por Brzezinski, numa obra bem conhecida. Englobam, como é sabido, o conjunto de países situados a leste do Mar Cáspio e que fizeram parte da antiga URSS. De superfície variável, com uma população relativamente reduzida e na sua grande maioria muçulmana (em relação à qual a Turquia e o Irão exercem apreciável influência histórica), sob governos autocráticos em que as elites dirigentes foram formadas de acordo com as regras do antigo regime e exploram a corrupção, possuem, todavia, largos recursos energéticos (gás e petróleo), além de outros minerais estratégicos. A Rússia controla o escoamento da produção e, após um período de aproximação ao Ocidente, por parte de alguns daqueles países, tem vindo progressivamente a retomar o controlo político e económico da região.

Mas são fortes, e segundo todas as direcções, as pressões no sentido de alterações à situação existente, a fim de que tais recursos possam ser escoados para outras regiões e mesmo ser explorados com a participação de investidores estrangeiros, o que certamente beneficiaria a economia da região. Assim, a UE e os EUA, ainda que com algumas perspectivas diferentes, pretendem como que um restabelecimento da histórica “rota da seda”, fazendo escoar o grosso da produção pelo Cáucaso e pela Turquia, o que aumentaria o grau de liberdade de acção da UE em relação à Rússia; o Japão e a China estão naturalmente interessados no desenvolvimento de condutas para Leste, até à costa do Pacífico; o Irão, o Paquistão e a Índia pretendem condutas para Sul, até ao Índico, com vários traçados; e a Rússia pretende manter o privilégio da actual situação. Por conseguinte, a região está e continuará a ser o palco de uma muito forte competição estratégica, na qual o futuro do Afeganistão, bem como a presença militar americana, não serão parte inocente.

Abordarei agora o conjunto Paquistão / Afeganistão, epicentro que é do problema estratégico nº1, no curto e médio prazo, problema que considero de muito difícil resolução, devido às suas raízes profundas, características e dimensões, e que se não for, no mínimo, controlado terá consequências muito perigosas para o Mundo Ocidental e, desde logo, para o futuro da NATO. (Convém ter presente que os EUA criaram um grande comando estratégico exclusivamente dedicado ao Mundo Islâmico instável). A região tornou-se o foco de um fundamentalismo islâmico militante, messiânico e extremamente virulento, que encarna uma verdadeira guerra civilizacional contra o modelo ocidental polarizado nos EUA, e que radica em cinco grandes razões: um sentimento de humilhação histórica, que vê o Ocidente como o agressor, o ocupante e o colonialista, desde as cruzadas ao imperialismo inglês e às recentes intervenções americanas na Somália, no Iraque, etc.; um sentimento de frustração histórica, perante a constatação do atraso económico, social e tecnológico do grosso do Mundo Muçulmano em relação a outras civilizações, apesar das enormes riquezas que possui, e em doloroso contraste com uma Idade de Ouro, em que dominou grande parte do Mundo e foi foco de uma civilização esplendorosa, decadência esta atribuída a um “desvio” e a uma “contaminação” em relação aos “verdadeiros” preceitos corânicos; um certo sentimento de arrogância derivado da riqueza e do poder conferidos pelo petróleo, que lhe permite o controlo de algumas grandes empresas ocidentais, em contraste com um Ocidente dele carente e dependente e, em consequência, frequentemente adulator; um sentimento de superioridade espiritual e ética, perante uma civilização ocidental encarada como desprovida de valores, materialista, e dominada pelo dinheiro, pelo culto da violência e pelo sexo; e o apoio do Ocidente, especialmente dos EUA, a Israel,

percebido como o “inimigo absoluto”, não só em termos religiosos, mas como o usurpador e ocupante do território e de solos sagrados e o permanente agressor e humilhador das suas populações muçulmanas. Nenhuma destas “razões” é de fácil (ou aceitável) erradicação ou mera atenuação, pelo que é escassa a margem para soluções de compromisso. Deverá, porém, ter-se presente que nem todas as forças que se opõem à NATO se identificam com a Al-Qaeda ou com o fundamentalismo islâmico, e este não é monolítico, pelo que as estratégias da NATO, dos EUA e do próprio governo do Afeganistão deverão ter tal facto em consideração, na busca de soluções negociadas com esses segmentos mais moderados, em regra, “senhores da guerra” tradicionais e que se movem, em alto grau, segundo a lógica do dinheiro. Em meu entender, o movimento talibã, fundamentalista, é certo, mas também pluralista e patriota, não deve ser confundido com a Al-Qaeda, apesar das estreitas relações existentes entre as duas organizações. É o movimento talibã que conduz uma guerra do tipo subversivo no Afeganistão. E esta só pode ser enfrentada, com algumas possibilidades de sucesso, com forças e populações locais, e não com forças estrangeiras. Estas, pela natureza da guerra, nunca poderão “vencer”; poderão, quando muito e não pouco, por acções de flagelação, conter o adversário, impedir que consolide ganhos, proteger populações relativamente fieis, treinar e equipar forças locais de contra-subversão e apoiar as autoridades locais, mais ou menos legítimas.

Por razões que não explico totalmente, porque tal exigiria um apreciável desenvolvimento, estou convencido: que o sector paquistanês maioritário em termos populacionais, nacionalista, que vê a Índia como inimigo fidalgo e principal, que domina vastos sectores das forças armadas, em especial do Exército, e que (depois de os ter dominado) tem ainda significativa expressão nos serviços de informações e no sistema nuclear, encara com simpatia, protege e apoia o movimento talibã, do qual foi mentor e suporte na guerra contra a URSS, e é um aliado objectivo da Al-Qaeda; que o sector paquistanês moderado, fortemente influenciado por elites educadas no Ocidente, incluindo as das forças armadas, que tem dominado o Poder e que, até tempos relativamente recentes, contou com a compreensão, a cobertura e o apoio dos EUA para o desenvolvimento e estabilidade do País e na sua oposição à Índia, se encontra numa posição perigosamente instável, em virtude da crescente aproximação dos EUA à Índia; e que uma facção dos serviços secretos e do sistema nuclear paquistaneses, ainda que hoje em dia reduzida, mantém laços secretos com o núcleo mais recôndito e duro do Poder chinês; e, desde a sua fundação, o Paquistão tem mantido uma relação privilegiada com a China, que tem sido o suporte da sua política externa. Uma das mais profundas consequências (e pouco referida) dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 foi a radical modificação,

em benefício da China, da agenda estratégica americana de então (sábia e subtil exemplificação do conceito de Sun Tzu de que o cúmulo da arte consiste em saber atacar e neutralizar a estratégia do adversário...). Ora, neste quadro geral, enquanto que os EUA necessitam do empenhamento do Exército paquistanês no combate às forças talibãs e à Al-Qaeda (para poderem aspirar a uma saída airosa e num prazo aceitável do Afeganistão), há o grave risco de, pelo contrário, o Poder, no Paquistão, ser tomado pelas forças favoráveis àqueles movimentos extremistas. E um Paquistão controlado pelo fundamentalismo islâmico, messiânico, eufórico e desestabilizador, e detentor de armas nucleares, originaria consequências estratégicas gravíssimas, que a própria China desejara evitar ou, pelo menos, manter sob controlo.

Julgo ainda de considerar o risco de acções de grupos extremistas espúrios, não-controlados, poderem ser catalisadoras de um conflito, não planeado, entre a Índia e o Paquistão; no mínimo, agravarão tensões fronteiriças e na Caxemira e aliviarão eventuais pressões sobre os talibãs. Finalmente, não deve ser posta de lado a possibilidade de o fundamentalismo talibã “contaminar” populações de países vizinhos, dos Balcãs asiáticos, o que alteraria profundamente o enquadramento estratégico da intervenção da NATO, em curso, mas poderia estimular uma maior cooperação, na região, entre a Rússia, os EUA e mesmo a China e o Irão (o fundamentalismo, na região, é sunita).

A Rússia recuperou, num prazo de tempo relativamente curto, da decadência que sobreveio à implosão da antiga URSS, mercê da liderança firme e lúcida de Putin e da extraordinária valorização, económica e político-estratégica, dos seus recursos energéticos e da recuperação do controlo dos recursos dos Balcãs asiáticos. E regressou à sua atitude de suspeição em relação aos EUA e ao seu “complexo de cerco”, em parte justificados por algumas manifestações dos EUA.

A estratégia actual da Rússia parece assentar nas seguintes linhas de força: preservar, a todo o custo, a sua actual formação territorial; recuperar e manter o controlo estratégico e económico dos Estados independentes asiáticos que fizeram parte da URSS (em especial, o controlo do escoamento do petróleo e do gás), bem como da Ucrânia e da Geórgia ou, pelo menos, conseguir a sua neutralização; manter a capacidade de dissuasão relativamente aos EUA e à China, modernizando em conformidade o seu aparelho militar, em especial no domínio nuclear; cortejar a UE; intimidar a Europa oriental; dissociar a UE dos EUA ou, no mínimo, enfraquecer a NATO; e procurar desenvolver relações privilegiadas com o mundo islâmico. Desta estratégia, creio que a consecução do primeiro objectivo será crescentemente difícil, não só devido aos problemas do Cáucaso e da influência islâmica (Chechénia, etc.), mas também porque a Sibéria exigirá uma atenção crescente. Registo que a Rússia

tem sido parcimoniosa em envolvimento fora do seu espaço próximo, mesmo no quadro das operações de paz da ONU, com um comportamento mais próprio de uma potência regional que de uma superpotência. Como já referi, julgo que será relevante obter a cooperação russa no enfrentamento dos dois maiores desafios estratégicos anteriormente mencionados e do programa nuclear iraniano, para o que, sem prejuízo de uma atitude de firmeza quanto à manutenção da NATO e à protecção da antiga Europa de Leste, haveria que reconhecer legítimas preocupações de segurança da Rússia e evitar decisões e manifestações que possam ser consideradas provocatórias.

Todavia, convém ter presente que, tal como a Alemanha, (devido à semelhança da situação geopolítica), a Rússia oscila, historicamente, entre a sua face ocidental, europeia, onde se encontram os seus grandes recursos humanos, em termos culturais e tecnológicos (atração pelo modelo ocidental), e a sua face oriental, asiática, relativamente mais vazia e vulnerável, mas onde se encontram os seus grandes recursos naturais e voltada ao novo centro geopolítico do Mundo (atração pelo modelo oriental). Ora pode dar-se o caso que o poder russo venha a eleger, como adversário principal, a prazo, os EUA e não a China, buscando então um entendimento estratégico com esta. Nesse caso, teríamos um regresso à Guerra Fria, em condições mais graves, devido ao enfraquecimento dos EUA e ao enorme poder da China.

No âmbito da UE, haverá ainda que ter em atenção dois pontos pouco considerados entre nós: definir uma adequada política para o Mar Negro (do qual é já condómino), em estreita coordenação com a Rússia (convém não esquecer a importância do Mar Negro para a segurança da Rússia e para a possibilidade do seu acesso ao Mediterrâneo e Atlântico) e com os outros Estados da bacia, espaço que me parece que não tem merecido a devida atenção, inclusive no que respeita à segurança da navegação e à preservação do ambiente; e considerar um problema de toda a UE uma resposta à estratégia energética externa russa, de que a Gazprom é o instrumento, e através da qual conseguiu praticamente assegurar o controlo energético do coração da UE, ao mesmo tempo que estende o seu braço para regiões de África, neste momento ainda fornecedoras autónomas.

Refiro seguidamente a Ucrânia e a Geórgia, não tanto pela sua enorme importância estratégica (que me abstenho de desenvolver por serem bem conhecidas deste auditório), mas porque podem ser, por ingenuidade, manipulação, imprudência ou erro de cálculo, os catalisadores de uma crise com a Rússia que, pelo efeito de acção e reacção, pode adquirir proporções imprevisíveis e obrigar ao envolvimento da UE e/ou da NATO. De facto, qualquer daqueles territórios enfrenta delicados problemas

económicos e sociais, é palco de fortes tensões políticas internas, oscila entre uma ancoragem a Oeste ou a Leste e é objecto de fortes pressões externas. Considero que uma situação de grave crise na Ucrânia ou na Geórgia é a hipótese mais perigosa e com apreciável grau de probabilidade que se pode colocar, num primeiro tempo, à UE e receio que não existam planos de contingência para a mesma. Assim, sem prejuízo de uma atitude de firmeza, pautada pelo rigoroso respeito do DI entre Estados soberanos, julgo que as relações com a Ucrânia e a Geórgia devem ser encorajadoras, contribuir para a consolidação da democracia e para a resolução dos seus problemas internos, mas devem também atender a atitudes de reserva e suspeição da Rússia, pelo que não devem incluir atitudes ou medidas que possam ser consideradas provocatórias e pôr em causa preocupações de segurança.

Deixo de lado a região do Médio Oriente, cuja problemática é bem conhecida, mas devo salientar o risco de uma decisão unilateral de Israel em relação ao Irão, provavelmente sob a forma de um ataque nuclear preventivo, se concluir que está vitalmente ameaçada a sua segurança, risco agravado com o actual governo e com o facto de que se vai estreitando o prazo de tempo para uma solução pacífica. Israel dispõe de meios de lançamento flexíveis, que lhe permitem um ataque de surpresa, contra-forças, de elevada precisão.

E, para concluir o “giro do horizonte” sobre o “arco de crise” que, da Rússia a Gibraltar, envolve a UE, farei uma curta referência à Bacia do Mediterrâneo, onde a instabilidade político-social se pode agravar no curto ou médio prazo, para lá da decorrente da pressão demográfica e do atraso económico.

Na Turquia, as previsões da evolução demográfica apontam a um substantivo fortalecimento do islamismo étnico, no país profundo, que pode pôr em risco a laicidade do Estado, enfraquecer as correntes pró-europeias e pró-ocidentais e reflectir-se na coesão das forças armadas. Além disso, as questões curda e cipriota manter-se-ão, com ciclos de maior ou menor tensão.

Do Egipto a Marrocos, os vários países têm disposto de governos fortes, dirigidos por chefes carismáticos, que têm conseguido controlar as correntes extremistas do fundamentalismo islâmico, preservar a laicidade do Estado, agir com moderação na cena internacional e manter relações normais com o Mundo Ocidental. Mas, pela lei da vida, aproximam-se os tempos em que essas lideranças serão substituídas e não são tranquilizadoras as garantias de que as instituições sejam suficientemente sólidas para assegurarem a normalidade das mudanças. Com relevância para Portugal, há que estar atento às situações na Argélia e Marrocos (gás, redes da Al-Qaeda, pescas, narcotráfico, migrações clandestinas, etc.).

O número de países capazes de obterem armas de destruição maciça (ADM) – nucleares, químicas e biológicas – tende naturalmente a crescer, apesar das medidas de contra-proliferação existentes. A posse de ADM por países que se debatam com problemas de segurança graves com os seus vizinhos, em especial se dirigidos por governos fanáticos, messiânicos e ditatoriais, pode incentivá-los a acções precipitadas com aquelas armas, gravemente comprometedoras da segurança mundial, exercendo uma ameaça destrutiva a que nenhum país ou região podem ser alheios. Mas, pela consciência de tal risco, aquelas armas têm, em contrapartida, um poderoso efeito de racionalização no comportamento dos governos, incentivando a prudência, a análise cuidadosa dos riscos, a adopção de rigorosas medidas de controlo, a criação de sistemas destinados a evitar mal-entendidos ou erros de interpretação, etc., bem como a cooperação entre os Estados e no seio da ONU.

Por outro lado, há o risco crescente da chamada “proliferação não-estatal”, através da detenção de agentes radioactivos, químicos ou biológicos, de elevada letalidade, por grupos terroristas, seitas fanáticas ou organizações de banditismo, capazes de lançarem o terror ou o pânico em grandes centros urbanos ou de exercerem acções de chantagem que ponham em xeque os governos. (Muitas vezes os meios de comunicação social não fazem a devida distinção entre uma arma e um engenho difusor de agentes letais). Entre Estados, domina a preocupação com a proliferação de armas nucleares; no quadro da luta anti-terrorista, as preocupações centram-se principalmente na possibilidade de difusão de agentes radioactivos ou biológicos. Estes últimos são micro-organismos (bactérias ou vírus). Ora os conhecimentos sobre microbiologia e sobre processos utilizáveis na produção de agentes biológicos, tais como o antrax, o botúlio, a tularémia, etc., estão largamente difundidos e são, em muitos casos, facilmente acessíveis, mesmo através da internet.

O terrorismo é uma táctica, geralmente apenas utilizada, de forma não-esporádica, por movimentos ou organizações políticas não-estatais (pelo que considero mais correcta a designação “terrorismo transnacional”), com vista à consecução dos seus objectivos, e cujo inimigo pode ser um Estado e seus aliados, uma etnia, ou um grupo religioso ou cultural. É uma táctica dos “fracos”, geralmente combinada com outras tácticas que envolvem meios reduzidos (sabotagens, flagelações, etc.). O ponto que pretendo salientar é que, por muito chocantes que sejam as suas manifestações, o terrorismo obedece geralmente a uma racionalidade política. Por isso me repugna considerar como idênticos, e objecto de um igual tratamento, todos os movimentos que recorrem ao terrorismo.

Hoje em dia, ao mundo ocidental interessam, sobretudo, as actividades terroristas ligadas a movimentos políticos islâmicos, em especial a Al-Qaeda, e que, por razões

já referidas, têm por inimigos Israel, os EUA e seus principais aliados e os governos moderados de países muçulmanos, com relações normais com o Ocidente e, por tal, considerados “traidores”. As acções podem ser desencadeadas em qualquer país onde esses Estados tenham instalações ou interesses significativos. Tendo por base uma ideologia salvífica do domínio da fé e uma concepção, sem compromisso, da verdade e do erro, o terrorismo de raiz religiosa fundamentalista aceita naturalmente o recurso a uma violência ilimitada quanto à natureza dos alvos, das vítimas ou dos meios utilizados. O fanatismo dos agentes dificulta o encontrar interlocutores e, conseqüentemente, a possibilidade de um diálogo moderador; a clandestinidade e a capacidade de dissimulação em grandes massas humanas e de infiltração em organizações insuspeitas e respeitáveis dificultam a detecção desses agentes; a organização celular e em rede, com uma concentração mínima para a execução de acções fortemente descentralizadas, facilitam a rápida “evaporação” dos autores das acções, bem como a regeneração de qualquer organização afectada.

A luta anti-terrorista é, inevitavelmente, uma luta prolongada, que exige cooperação internacional e serviços de informações sofisticados, com grande capacidade de penetração nas populações, e o emprego de uma estratégia integral, que articule adequadamente todos os domínios da acção de um Estado (acções diplomáticas, económico-sociais, de controlo financeiro, legislativas, de informação pública, policiais, militares, etc.) e no quadro de um rigoroso respeito da lei, devidamente adequada à realidade a enfrentar. Estas exigências põem a nu o artificialismo, por muitos militares contestado na altura, de se restringir a defesa nacional às ameaças externas. Por normalmente não serem consideradas no âmbito de outras ameaças mais prováveis, devem merecer adequada atenção as medidas de defesa e protecção NBQ.

E faço apenas uma curta referência ao regresso à actualidade de uma velha ameaça da pré-modernidade – a pirataria: por um lado, evidencia a “impotência da potência” e da SI, por carência de legislação eficaz; por outro lado, ameaça significativamente o comércio internacional e a segurança dos abastecimentos, podendo levar mesmo à alteração de rotas, com evidentes reflexos económicos.

E passo a uma questão delicada, controversa e “politicamente incorrecta”: a da identidade europeia, ou seja, em termos práticos, a dos limites da UE. Mas trata-se duma questão incontornável, no caso do tema que aqui nos reúne: por um lado, não há estratégia sem o “Outro”; por outro, não há “identidade” sem “alteridade”, isto é, “sei quem sou sabendo quem não sou”. Antes da queda do “Muro”, a questão tinha uma resposta simples: a CEE potencial correspondia à Europa não-comunista e democrática. Após a implosão da URSS e do bloco comunista, advertem-se duas concepções opostas, mais ou menos ambigüamente afirmadas: a UE como um “clubes

aberto" a todos os países que o desejem e satisfaçam determinados critérios políticos e económicos, numa expansão em "mancha de óleo" (para a UEFA o Cazaquistão é Europa e para a Eurovisão também Israel o é...); ou como um "clube fechado", de países que satisfazem aqueles critérios mas não só, o que coloca o problema dos limites potenciais. A primeira concepção conduziria à anomia política e à entropia estratégica da UE, já que não há política num espaço indefinido, pelo que não se compagina com o tema desta exposição. A questão dos limites coloca-se a Leste e a Sul.

A Leste creio que a eventual adesão de qualquer país que faça parte da Europa geográfica não levanta problemas especiais: será uma questão de satisfação dos critérios estabelecidos e de oportunidade política. Exceptua-se o caso da Rússia. Apesar de a Rússia ocidental ser, em termos culturais e étnicos, eminentemente europeia e de haver o maior interesse no estreitamento de todo o tipo de relações com a Rússia, sou de opinião que esta não poderá fazer parte da UE pelas seguintes razões: porque se estende vastamente pela Ásia, pelo que a sua adesão levaria a fronteira da UE até ao Pacífico, o que julgo insustentável, além de que, ao extravasar-se de tal forma o espaço europeu, abrir-se-ia um precedente que poderia ser fatal para qualquer projecto consistente; por ser demasiado grande, mesmo em termos demográficos, pelo que desequilibraria fortemente o actual equilíbrio de forças no seio da UE; e porque, sendo uma SP, acabaria por ser a Rússia a absorver a UE e não o inverso. Considero, assim, que, como já tem sido aventado, a solução pode passar pelo desenvolvimento de uma parceria privilegiada, em termos a negociar, entre a UE e a Rússia, se esta em tal estiver interessada. Mas se a Rússia é uma SP e não pode ser integrada na UE, tal significa que a relação com a Rússia é um dos grandes problemas de segurança da UE. E se esta não tem os meios nem o ânimo para garantir essa segurança, de forma autónoma, tal também significa que a UE não deve ter uma PESD autónoma, e muito menos oposta, em relação à da NATO.

A Sul coloca-se, em primeira linha, o problema da Turquia. Sou avesso à adesão da Turquia por várias razões: desde meados do século XV, quando Constantinopola passou a chamar-se Istambul, que o actual espaço turco, na sua quase totalidade asiático, se tornou, em termos étnicos, religiosos e culturais a expressão da não-Europa (qualquer turista constata tal facto, apesar do esforço de ocidentalização levado a cabo por Ataturk); a adesão da Turquia abriria um precedente que tornaria indefinidos os limites da UE, convertendo-a numas "Nações Unidas" regionais, sem densidade político-estratégica (com mais forte razão se justificaria a adesão de Israel, muito mais europeia civilizacionalmente); a Turquia tem fronteiras com espaços de grande conflitualidade e instabilidade, com repercussões delicadas no interior da própria Turquia, pelo que a fronteira da UE passaria a ser vítima e fonte de instabilidade,

altamente gravosa para o conjunto dos restantes países; as previsões sobre a evolução demográfica tornariam, a médio prazo, a Turquia numa potência dominante da UE, alterando profundamente o actual equilíbrio e centro de gravidade do sistema; toda a Bacia do Mediterrâneo asiática e africana, e islâmica à excepção de Israel, deve ser encarada globalmente, sem discriminações apriorísticas, e merecer uma atenção e apoios especiais da UE, por forma a transformar-se, de um arco de crise, numa zona – tampão da UE, através da negociação de parcerias privilegiadas com todos os países daquela bacia que satisfaçam critérios políticos básicos e idênticos, e nelas estejam interessados, embora com estatutos negociados caso a caso, de acordo com as especificidades desses países; finalmente, porque a referida adesão é rejeitada, a crer nas sondagens, por larga maioria da população da actual UE, realidade que não deve ser encarada da forma despreciente habitual.

Já nos referimos à situação demográfica da Europa e às suas consequências negativas. A situação só pode ser atenuada (trata-se de uma questão sócio-cultural) através da combinação de adequadas políticas de natalidade e de imigração. Esta última pode ser altamente benéfica se for controlada, corresponder, em quantidade e qualificações, às condições do mercado de trabalho e ser oriunda de regiões que, por razões de afinidades histórico-culturais, facilitem a integração dos imigrantes nos países hospedeiros e estes levem a efeito adequadas medidas de integração e de estabilização familiar. Mas convém ter presente que a integração é o produto de duas vontades. Caso contrário, gerar-se-ão fenómenos de marginalização e guetização, de xenofobia e de racismo e criar-se-á um campo propício ao desenvolvimento do crime organizado. Refira-se que a questão da migração descontrolada poderá ter reflexos na missão das forças armadas, no âmbito do controlo do espaço terrestre e marítimo.

São bem conhecidas as carências da UE em energia e a medida em que condicionam fortemente o sistema de relações políticas e estratégicas dos países da UE, desde logo no sentido de se garantir a liberdade de comércio com as principais fontes de fornecimento de hidrocarbonetos, tendo em especial atenção a Rússia, o Médio Oriente, a Líbia e a Argélia, o Golfo da Guiné e, em breve, como já referido, a bacia do Mar Cáspio, bem como o regular funcionamento, com fiabilidade, do sistema de oleodutos e gasodutos. Do ponto de vista estratégico, são relevantes as medidas destinadas a melhorar a auto-suficiência e a diminuir os riscos de polarização das dependências, como está a acontecer na Europa Central, em relação aos fornecimentos russos. Neste último aspecto, será de enorme importância o sucesso dos esforços tendentes à ligação dos recursos da região do Cáspio à Europa central, através da Turquia e do Cáucaso.

Para a redução da sua vulnerabilidade num domínio tão crucial, e tendo em atenção que há uma relação muito estreita entre a estrutura energética e o ambiente, a UE terá de aumentar significativamente a sua auto-suficiência (como referido), combinando medidas de melhoria da eficiência energética com esforços acrescidos na produção de energia não assente no carbono, e numa alteração de certos padrões de consumo, em especial no campo dos transportes, com reflexos civilizacionais significativos e talvez decisivos no domínio do ambiente. Crê-se que se verificarão alterações importantes no peso relativo das energias renováveis e nuclear e um grande esforço no sentido de, no sistema de transportes, se encontrarem alternativas ao gasóleo e gasolina. Mas deverão ter-se presentes as dificuldades técnico-científicas, económicas e temporais de qualquer alteração significativa da estrutura energética.

Quanto ao crime organizado (narcotráfico, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, de seres e órgãos humanos, etc.), assente na clandestinidade e movimentador de poderosíssimos recursos materiais, limito-me a recordar dois aspectos fundamentais: a sua enorme capacidade de corrupção, que pode atingir agentes e instituições políticas e forças policiais e judiciais e, conseqüentemente, pôr em risco o sistema democrático; e a sua potencial ligação a redes do terrorismo. Para lhe fazer face, há necessidade da cooperação internacional e de serviços de informações e de investigação, com elevada capacidade de penetração no tecido social e financeiro e dotados de pessoal altamente qualificado na detecção e investigação do crime económico. Embora o combate ao crime organizado seja travado, essencialmente, pelas forças policiais, as forças armadas devem estar em condições de fazer face às missões mais “duras”.

Faço uma curta referência ao risco de forte e generalizada instabilidade social, análoga à dos anos 30 do século passado, e que agora seria derivada da viragem civilizacional e da crise financeira e económica em curso. A elevada concentração urbana e as várias ilhas de marginalização nela existentes, por razões muitas vezes étnicas, propiciaria a eclosão de tumultos, acompanhados de destruições e pilhagens, de proporções dificilmente controláveis.

E passo a abordar os conflitos regionais em áreas de interesse, já que têm sido palco de expressão da política e da estratégia nacional, com relevância para os Balcãs e PALOP. Nos primeiros, a situação na Bósnia e no Kosovo está longe de resolvida, tendendo a agravar-se na Bósnia, pelo que é de admitir a necessidade de uma presença militar europeia ainda por largos anos. Creio que, nos PALOP,

a probabilidade desses conflitos diminuirá, na medida em que se consolidar a estabilização política e o progresso económico e social. O caso preocupante é o da Guiné.

Mas Portugal também pode ter de assumir outras responsabilidades no quadro da ONU, da NATO e da UE. Sem prejuízo de outras formas de afirmação de solidariedade, entendo que se deve ser selectivo quanto ao emprego de forças, de modo a serem satisfeitos os seguintes critérios: cobertura da ONU; importância dos interesses nacionais afectados; cuidadosa avaliação dos custos e dos riscos; boa probabilidade de eficácia, isto é, disponibilidade de forças adequadas e bem treinadas; garantia de sustentabilidade do esforço; consenso político e aceitabilidade da opinião pública; e visibilidade internacional desse esforço nacional.

Sobre os Estados falhados, limito-me a recordar que a relevância estratégica da questão resulta do facto de os seus territórios se tornarem, em regra, alvore e santuários de organizações clandestinas dedicadas ao crime organizado, terrorismo transnacional, pirataria, etc.

Quanto aos grandes acidentes e catástrofes naturais, as características das modernas sociedades fazem com que possam assumir enormes proporções e ter efeitos dramáticos, quanto ao número de baixas e aos danos materiais, mais dificilmente aceites por populações que aspiram a viver sem riscos. Para se enfrentarem situações com aquelas características, os Serviços de Protecção Civil fazem hoje apelo a meios volumosos e sofisticados, utilizados por pessoal que frequentemente se estende por largas frentes, em terreno difícil, sujeito a vários tipos de pressões, etc., num ambiente que exige uma capacidade de informação sobre a situação, de correcta avaliação desta, de decisão, de coordenação de meios, etc., que se assemelha ao de uma operação militar. Um ambiente desta natureza não se compadece com amadorismos. Assim, considero que, sem sacrifício do incalculável capital constituído pelo voluntariado e que generosamente está na base da nossa riqueza em associações humanitárias, as estruturas dirigentes e algumas funções-chave deverão ser profissionalizadas e preenchidas por pessoal habilitado com cursos adequados, inclusive de nível universitário. (Choca ver, na televisão, certos quadros a falar, pomposamente, de “teatro de operações”, de “logística”, etc., sabendo-se que são incapazes de ler devidamente, ou de “iluminar”, uma carta topográfica...). Por outro lado, são previsíveis situações em que será imprescindível a intervenção das forças armadas, não em mero apoio, mas assumindo a direcção de todos os meios (públicos ou não) e de todas as operações. (Haja em vista, por exemplo, o que aconteceu em Nova Orleans, num país, como os EUA, que prima

pela capacidade de organização e de planeamento, mas onde, mesmo assim, todas as múltiplas organizações civis entraram numa deriva caótica, pelo que o Exército acabou por ser chamado a assumir o controlo da situação e a direcção das várias intervenções). Daqui, também as estruturas superiores das forças armadas devem estar preparadas para certas situações de emergência e familiarizadas com planos existentes. A título de exemplo, estes devem prever a protecção, pouco habitual, de instalações como tribunais, conservatórias, museus, armazéns e depósitos de alimentos, etc. contra saques e pilhagens, bem como a entrada em vigor de legislação pouco curial, mas que deve estar já preparada (por exemplo, a criação de campos de internamento para saqueadores, etc.), ou de fenómenos de massa (funerais, alimentação e alojamento de emergência, etc.). E, como é sabido, não basta ter planos: há que os ensaiar, de acordo com vários cenários ou hipóteses, e mantê-los actualizados.

E porque as restantes ameaças/desafios listadas no quadro da NATO e da UE ou já foram afloradas, ou são bem conhecidas e nada me oferecem dizer de algum interesse, ou não condicionam significativamente a estratégia nacional, vou concentrar-me apenas em seis desafios/ameaças que se colocam especificamente a Portugal e que julgo de maior interesse. São eles a questão do modelo de UE, da relação com a Espanha, da nação cultural, da preservação da unidade nacional, das novas dimensões do espaço estratégico e do que, pouco canonicamente, chamo “ameaças por omissão”.

Relativamente ao modelo de UE, há que ser muito claro: coloco-me na perspectiva de um “português e europeu” e não na de um “europês e portuguenho”. Aliás, só assim tem sentido este ciclo de conferências e a sua realização nesta Casa. Há concepções sobre a UE que, não só não servem qualquer concepção da defesa nacional, como exigem a destruição do próprio conceito, de forma a transferir-se o foco da lealdade política do estado nacional para outra instância. É o caso das concepções federalistas. Pelo contrário, concepções há que, não só são compatíveis com a ideia de defesa nacional, como contribuem poderosamente para a mesma, ao eliminarem fontes históricas de conflitos, através do desenvolvimento de instâncias e de mecanismos de cooperação, debate, coordenação e consensualização, da interpenetração de interesses comuns, do desenvolvimento de solidariedades relativamente a ameaças ou desafios comuns, da eliminação dos secretismos em tratados, inclusive no planeamento militar, da liberdade de circulação de pessoas e bens, etc., etc.. O reforço da segurança de cada Estado membro, através da paz europeia, foi, aliás, o grande objectivo que desencadeou o processo que conduziu à

actual UE, de que a via económica foi o motor inicialmente escolhido (depois de o obstáculo crucial ter sido habilmente resolvido pela criação da CEE e do Euratom). Trata-se, pois, da visão de uma Europa-instrumento e não de uma Europa-fim; de uma Europa plural e diversa, que partilha meios e esforços em prol de interesses e da resolução de problemas comuns, mas não ignora os interesses específicos de cada membro; de uma Europa da cooperação e coordenação e não da subordinação; de uma visão realista, em consonância com a tese do Gen. De Gaulle, nunca desmentida pelos povos, quando afirmava: “Acima de sedutores internacionalismos, acima de pretensas solidariedades de classe, o *facto nacional* continua a ser o ponto focal da lealdade última do homem”. Nestes termos, o combate às concepções federalistas é uma condição *sine qua non* de qualquer verdadeira estratégia nacional. E assim, no quadro da UE, Portugal deve agir de acordo com uma estratégia firme, e devidamente interiorizada por todos os que participem na sua execução, a aplicar com lucidez, astúcia, engenho e subtilidade, e sem ingenuidade (num jogo que se sabe ser de “máscaras e de retórica”), mas com grande flexibilidade táctica, nos vários tabuleiros que permeiam a UE: atlantistas-continentalistas; grandes-pequenos; norte-sul; velhos-novos membros; federalistas-antifederalistas, etc. No passado, os donos do jogo foram a França, a Alemanha, a Inglaterra e, em parte, a Itália, com os dois primeiros como dipolo dramático, um no plano estratégico, o outro no económico; no futuro, creio que o jogo europeu terá como grandes protagonistas um losango constituído pela Espanha, Inglaterra, Polónia e Itália, no seio do qual continuará a funcionar o dipolo franco-alemão, mas de forma mais flexível, na medida em que a Alemanha se torna uma “potência como as outras”, cada vez mais liberta das castrações e auto-limitações decorrentes da II Guerra Mundial. Como é evidente, Portugal deverá estar atento a este novo sistema dominante, à sua evolução e à forma como reage a três grandes desafios: a relação com a Rússia, com o Sul e com os EUA.

Considero que as tendências federalistas se encontram enfraquecidas: são claramente rejeitadas pelos povos (não existe uma nação europeia); o alargamento não as favorece; e, como já referi, a evolução civilizacional em curso é desagregadora e não massificadora, sem prejuízo do contínuo desenvolvimento de múltiplos espaços de cooperação e coordenação, de geometria variável e à luz de interesses comuns, como é próprio de uma sociedade em rede.

E passo a uma outra questão também delicada – a da relação com a Espanha. É muito provável que, para a maior parte dos espanhóis evoluídos, o mapa da Espanha pareça um contra-senso: toda a Península progressivamente unificada e centralizada a partir de Castela (Madrid), com excepção de uma estreita faixa periférica,

voltada a um mar muito tempo desconhecido, cruzado de quando em quando por uma navegação que hoje chamamos de cabotagem. Esta natural pulsão ibérica, de vastos sectores espanhóis, é independente de regimes ou ideologias políticos, tendo sido historicamente partilhada, ainda que com “nuances”, por monárquicos, republicanos, bolchevistas, anarquistas, falangistas, etc. A independência de Portugal, no contexto de uma política de unificação prosseguida metodicamente por Madrid, só pode ser explicada por uma visceral e permanente política de diferenciação (que se afirmou inclusive na língua), de afirmação própria, de busca de contrapoderes e de permanente recusa e negação do “Outro”, servida por uma estratégia lúcida, determinada e coerente, cujas características fundamentais se mantiveram ao longo das várias vicissitudes da História. A explicação da independência de Portugal e do seu sucesso histórico tem sido objecto do esforço de historiadores de renome (Cortesão, Peres, Sérgio, O. Ribeiro, Matoso, etc.). São variadas as explicações encontradas e os processos que foram adoptados pelos governantes. Muitos deles não têm cabimento no mundo de hoje, como os contrapoderes que foram proporcionados pela expansão ultramarina, pela Aliança Inglesa e a relação histórica de hostilidade, ou pelo menos de reserva, da Inglaterra em relação à Espanha, ou pela pertença à NATO, bem como a redução, ao mínimo, das ligações com a Espanha e, mesmo assim, circunscrevendo-as, sempre que possível, a troços difíceis da fronteira. (Diga-se de passagem, que a Espanha também nunca esteve interessada no desenvolvimento de um forte sistema de comunicações com Portugal, por um lado para acentuar a sua periferia e irrelevância e, mais importante, porque sempre receou pela segurança da sua fronteira ocidental, em consequência dum desembarque de forças hostis na costa portuguesa). Esta nova realidade torna a questão do iberismo mais delicada, na medida em que, pela primeira vez na História, Portugal e Espanha fazem parte dos mesmos espaços económico e estratégico. E, além disso, o controlo político não se faz, hoje em dia, através de meios militares, mas, de forma subtil e insidiosa, através do controlo económico (banca, indústria de ponta, energia, telecomunicações, etc.) e cultural (editoras, TV, produtos mediáticos, etc.).

Daqui que o problema das ligações do país ao mundo, à Europa e à Espanha continue a ser fundamental (darei mesmo, vital) numa visão da defesa de Portugal, com uma importância muito acrescida numa sociedade de fluxos. Ora, infelizmente, a problemática das ligações atrás referidas tem sido objecto de variados e mais ou menos aprofundados e controversos estudos de natureza técnica e económica, mas sem qualquer debate ou preocupação com a dimensão geopolítica ou estratégica da questão, ao arrepio de toda a tradição histórica, criada por governantes com um mais elevado sentido do Estado (veja-se, na Revista Militar, o artigo do Rei D. Pedro V, sobre o traçado do caminho de ferro para o Algarve...), e na perspectiva de um

neomarxismo, negado pela História, e que reduz o devir a questões económicas. A finalidade do tema desta sessão não me permite grandes desenvolvimentos, pelo que me vou cingir aos aspectos que considero fundamentais, sem perder tempo com justificações ou pormenores.

Considero dados básicos do problema, do ponto de vista político-estratégico, os seguintes:

- A Espanha é o nosso único vizinho de fronteira comum: relações estáveis, cooperativas e confiáveis entre Portugal e Espanha simplificam, extremamente, os nossos problemas de defesa nacional; qualquer evolução, em Espanha, que afecte aquelas bases (instabilidade, regime ou sistema político, clivagem ideológica) agrava-os decisivamente; há uma grande assimetria de poder entre Portugal e Espanha, com as consequências decorrentes, inclusive em termos psicológicos; Portugal não pode recorrer às tácticas possíveis quando se dispõe de vários vizinhos.
- Na Península, há duas potencialmente grandes cidades naturais: Barcelona, voltada para o Mar-lago Mediterrâneo (berço da civilização ocidental) e para o arquipélago das Baleares, em frente da Itália e ao lado do sul da França, com boas condições portuárias e climáticas, e que controla, com Valência, o canal de navegação, entre as Baleares e o continente, por onde passa a maior parte do tráfego da Europa do Sul com o Atlântico; e Lisboa, no grande estuário abrigado de um importante rio, voltada ao Atlântico, com excelentes condições climáticas e beleza natural, que foi uma das bases de partida dos precursores da globalização, e que, apesar do terramoto, dispõe de um apreciável património histórico-cultural. Barcelona e Lisboa são o núcleo central de duas das três grandes manchas humanas da Península: a que, ao longo da costa mediterrânica, se estende da fronteira com a França até Valência; e a que, ao longo da costa atlântica, se desenvolve entre a Corunha e Setúbal.
- Há uma terceira grande cidade - Madrid -, eminentemente geopolítica e artificial (como Brasília), continental, no centro da Meseta, nascida de um notabilíssimo projecto voluntarista, de Castela, de unificação e centralização de todas as nacionalidades e regiões da periferia da Península. Madrid é o pólo da terceira grande mancha ou concentração humana da Península.
- Por razões políticas e económicas, fortalecidas pela História, a par de convergências e cooperações, há uma relação de suspeição e concorrência entre, quer Barcelona, quer Lisboa, e Madrid. O mesmo se não passa historicamente, bem pelo contrário, entre Barcelona e Lisboa.
- Grande parte do território nacional constitui a abertura da "gola" da Meseta, definida pelos Montes Cantábricos - Maciço Galaico-Duriense, sistema Ibérico

e sistema Bético (Serra Morena), através da qual mais facilmente se acede ao “coração” da Espanha, ou este acede ao mar, embora convenha ter-se presente que esta abertura se encontra dividida pelo sistema Montejunto – Estrela – Serra de Gredos, etc., que separa as bacias do Douro e do Tejo. Esta circunstância faz parte do subconsciente do pensamento estratégico militar espanhol, que sempre considerou o risco de um ataque ao coração da Espanha a partir da costa portuguesa.

- Logicamente, a Espanha centralista definiu uma rede de comunicações rodoviárias, polarizada em Madrid (com origem nas Portas do Sol), e constituída por um conjunto de radiais dirigidas para os pólos das periferias e subalternizando as ligações periféricas. A rede ferroviária obedeceu ao mesmo conceito, acrescido com uma mudança de bitola em relação à França, para reforço da segurança proporcionada pelos Pirenéus, numa época em que as operações militares e a sua logística se apoiavam fortemente nos caminhos-de-ferro. E a moderna rede de alta velocidade está a seguir o mesmo princípio, embora privilegiando a frente mediterrânica, e agora com a possibilidade de ver concretizado o plano histórico, explorando a imprudência das elites políticas que têm sido dominantes, entre nós, nos tempos recentes.
- Também logicamente, Portugal adoptou um sistema de comunicações terrestres assente nas seguintes ideias-força: potenciação da costa; contrariar a força centrípeta de Madrid, privilegiando as ligações com a Europa através das periferias e as ligações com estas e circunscrevendo as ligações com Madrid; reforço da coesão e da capacidade de manobra militar pelo desenvolvimento das ligações N-S.
- Embora o contexto interno da Espanha se tenha alterado profundamente, em consequência da modificação do sistema e do regime políticos, com a restauração da monarquia e da democracia e o desenvolvimento de processos de regionalização e autonómicos (como reacção ao centralismo e atenção às nacionalidades), não se devem ignorar realidades geopolíticas fundamentais: as políticas externas, e as percepções das elites que as decidem, variam com os contextos históricos, mas as realidades geopolíticas são relativamente estáveis. Por outro lado, o jogo das interdependências, no seio da UE, atenua o risco de uma polarização em Madrid. Além disso, a CPLP pode ser um instrumento importante de diferenciação de Portugal em relação à Espanha, contrariando a visão globalizante, intrinsecamente iberista, historicamente dominante no conceito de *Hispanidad*. Finalmente, Portugal é um vencedor histórico na preservação do dualismo peninsular e a Espanha defronta-se com delicados problemas internos, que podem pôr em causa a sua sobrevivência. Esta última

circunstância impõe que Portugal deve envidar os maiores esforços no sentido de impedir que o território nacional possa ser fonte de abastecimento, espaço de passagem ou área de refúgio de agentes e de actividades hostis ao Estado espanhol, o que implica uma correcta colaboração com as autoridades do País vizinho, no âmbito dos serviços de informações e das forças policiais, bem como adequadas medidas de controlo do território.

- Faço ainda uma curta referência à necessidade, no quadro da busca de um certo equilíbrio peninsular, de um adequado grau de comparabilidade entre as forças armadas de Portugal e de Espanha, quanto aos tipos de sistemas de armas e de equipamentos, capacidade operacional e de projecção, mobilidade, sustentabilidade logística, sofisticação doutrinária, etc.
- Mas, de qualquer forma, uma estratégia portuguesa deve ser intrinsecamente, não anti-espanhola, mas, como sempre foi, anti-iberista, quaisquer que sejam o regime ou sistema político de que o iberismo se revista, as formas que assuma ou mesmo as regiões do globo em que se manifeste (estou a pensar, por exemplo, na frequente visão de um hispano-americanismo globalizante), e ciente de que o iberismo está naturalmente interiorizado em estratos significativos das elites espanholas e sempre teve eco em segmentos apreciáveis das elites portuguesas. Resumindo, entendo que a política portuguesa em relação à Espanha deve ser friamente realista, atenta, não-ingénua, tranquilamente segura de si e descomplexada.
- A relação de Portugal com o Mundo deve incluir resposta a uma ou duas questões fundamentais e que afectam as nossas relações e ligações com a Espanha: pode Portugal tornar-se numa “porta de entrada” e “plataforma logística” para a Europa? E numa “plataforma de serviços” de relevo internacional? Portugal pode ser ponto de encontro (nodo) de importantes rotas mundiais. Assim, a resposta àquelas perguntas depende, substantivamente, dos sistemas portuário e aeroportuário e do sistema de ligações com a Europa, potenciando-os de forma a oferecerem vantagens competitivas relativamente a Roterdão, Havre e Algeciras, e Madrid, especialmente no que respeita a alguns fluxos provenientes das Américas Central e do Sul, da Ásia e de África. (Sines é o porto europeu, com boas condições naturais, mais próximo do grosso da costa oriental do continente americano). Quanto à 2ª questão, haveria ainda que tornar Lisboa competitiva relativamente a Madrid, tirando partido das suas superiores condições naturais, incluindo de clima, e atenuando certos obstáculos e insuficiências (urbanismo e ambiente, qualidade de serviços, burocracia, ligações aéreas, oferta cultural, etc.), mas, ao mesmo tempo, sem favorecer o “esvaziamento” de Lisboa por Madrid.

- Na relação com a Europa, deveria dispor-se de ligações rápidas e eficazes, não só com a setentrional, mas também com a meridional, para escoamento da produção própria e da chegada a Portugal, como “porta de entrada” e “plataforma logística”.
- Na relação específica com a Espanha, deveria merecer especial atenção a ligação entre as grandes manchas humanas atlântica e mediterrânica, na qual a Espanha nunca esteve particularmente interessada, o que satisfaria à ligação com a Europa do Sul.

Em síntese, em meu entender, na perspectiva duma estratégia nacional o País deve ser (ou deveria ter sido...) capaz de dispor de:

- um moderno aeroporto internacional transcontinental (infelizmente não nos antecipámos à modernização de Barajas e Beja talvez pudesse ter tido um outro futuro...);
- um sistema portuário (Leixões, Lisboa-Setúbal e, especialmente, Sines) potenciado e devidamente articulado com uma rede de transportes eficaz e que prolongue, ao máximo, o hinterland;
- um desenvolvido e rápido corredor de circulação de passageiros e mercadorias (rodoviário, ferroviário, aéreo, oleoduto e gasoduto) na faixa atlântica, entre Leixões e Sines, no todo ou em parte, e prolongado, numa segunda fase, para norte até à Corunha e para sul até ao Algarve;
- um rápido corredor de circulação, de passageiros e mercadorias, rodo e ferroviário, de ligação à Europa do norte, entre a região de Aveiro-Irun-Europa setentrional;
- um rápido corredor de circulação rodoviária (e ferroviária?) de ligação à Europa meridional, entre a região Lisboa / Setúbal / Sines-Ciudad Real - Valência, Barcelona, sul da França, etc.;
- outras grandes transversais rodoviárias: Leixões-Bragança-Zamora ligação à Europa; Peniche / Lisboa-Castelo Branco-Cáceres - interior da Meseta; Lisboa / Sines-Caia-Madrid; Lagos-Vila Real de Santo António-Sevilha;
- outras grandes longitudinais rodoviárias: Orense-Chaves-Viseu-Tomar-Évora-Beja-Algarve (long. intermédia); e Puebla de Sanábria-Bragança-Guarda-Castelo Branco-Estremoz- Vila Real de Santo António (long. fronteira);
- um gasoduto que permita ligar Sines à França e Europa Central;
- deveria ainda potenciar-se a navegabilidade do Douro, como via de acesso à Meseta, e proceder-se a uma modernização geral de outros troços da rede ferroviária.

Como é evidente, pelo menos nas ligações internacionais Portugal e Espanha terão de uniformizar as suas bitolas com a europeia.

Finalmente, tudo isto deve ser articulado com uma política esclarecida de ligações marítimas com a Europa, setentrional e meridional, que garanta a liberdade de acção e evite os riscos e contingências de ligações comerciais exclusivamente terrestres. Se Portugal se conseguir transformar numa “porta de entrada” e “plataforma logística”, conviria que viesse a dispor de uma marinha mercante capaz de assegurar um serviço de cabotagem à escala europeia e ligações à CPLP, que se antevêem crescentes. Tratar-se-ia de reconstituir, em parte, a antiga marinha mercante, com a exclusão do transporte de passageiros mas com a eventual inclusão de navios de outros tipos (metaneiros, por exemplo).

Quanto à Nação cultural, assumida no conceito de defesa nacional e no discurso político de todas as forças, aumenta as responsabilidades do Estado, relativamente às principais colónias de emigrantes, especialmente nos domínios da cobertura e protecção diplomática, do apoio cultural e da protecção de pessoas e bens em situações de grave e generalizada alteração da ordem pública, incluindo a garantia da sua evacuação para espaços seguros. Embora em tais situações seja de prever forte cooperação internacional, inclusive no âmbito da UE, há que dispor de meios mínimos e de planos adequados, orientados para regiões potencialmente pouco estáveis. Deve merecer constante atenção a evolução da situação na RAS e na Venezuela, onde as tensões sociais e étnicas podem rapidamente degenerar em grande instabilidade.

A descontinuidade do espaço nacional é, por si só, geradora de forças centrífugas, que deram naturalmente origem a movimentos autonómicos de descentralização e de assunção de responsabilidades político-administrativas próprias, que podem mesmo evoluir no sentido de uma federalização do Estado, sem porem em causa a unidade nacional. Entre o Continente e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira não existem fracturas étnicas, religiosas, linguísticas, etc., que afectem a identidade e a coesão nacional. Mas uma visão sobre a defesa não pode ignorar pulsões separatistas reais, que não devem ser confundidas com certas tácticas e retórica que fazem parte do jogo político habitual. Essas correntes, embora com reduzida expressão e eco no presente, podem ter desenvolvimentos no futuro, se não forem tidas em consideração. Para as contrabater, há que cultivar e preservar o sentimento de pertença a uma Pátria comum, que a todos trata igualmente e a todos procura proporcionar segurança e justiça, no quadro de uma igualdade de direitos, mas também de deveres. Mas tal não basta. Escrevi, em tempos, que “só

se defende o que se ama, só se pode amar o que se conhece". Assim, entre outras medidas, haverá que promover e facilitar ao máximo o intercâmbio e a circulação de pessoas e bens entre as várias parcelas do território nacional e, numa óptica de defesa, as ligações aéreas deveriam ser encaradas como que as SCUT da coesão e solidariedade.

Das novas dimensões do espaço, teço algumas considerações apenas sobre o ciberespaço, o qual compreende o conjunto de interligações entre seres humanos e/ou organizações ou instrumentos ou engenhos controlados pelo homem, através de computadores e de meios de telecomunicações, fixos ou móveis, e sem limites relacionados com a geografia física. Tal como o espaço físico, o ciberespaço também contém objectos (arquivos, gráficos, mensagens, etc.) e diferentes formas de transporte e de encaminhamento. Mas, ao contrário do que acontece no espaço físico, a exploração do ciberespaço não exige deslocações ou movimentos físicos, mas apenas premir teclas ou botões ou mover um "rato". Por outro lado, enquanto que o espaço físico terrestre tem dimensões fixas e se altera lentamente, o ciberespaço está em contínua expansão, pelo permanente aumento de novos utentes, e em constante evolução, pela criação de novos instrumentos, novas aplicações ou novas capacidades, etc.

Como nos espaços físicos, no ciberespaço podem desenrolar-se acções meramente condenáveis ou criminosas ou actos hostis e de verdadeira guerra (ciberataques). Entre essas acções figuram as de pirataria, de vandalismo, de espionagem (económica, política, militar), de empastelamento ou "enlouquecimento" de equipamentos, de desorganização de redes, de destruição de sensores ou de arquivos, etc. Traduzem-se por intrusões clandestinas em computadores, redes de computadores, redes de telecomunicações e sistemas controlados por computadores. Os seus autores podem ser indivíduos, organizações criminosas, empresas, organizações terroristas, organizações estatais, etc. Os móveis podem ser lúdicos, satisfazer pulsões destrutivas, exercer chantagem, desviar fundos de contas bancárias, obter informações valiosas, preparar ou desencadear acções terroristas (rebentamento de um engenho explosivo, por exemplo), empastelar ou perturbar um sistema bancário ou fiscal, desarticular um sistema de abastecimento de água ou de energia, destruir os sensores de um sistema de armas controlado por computadores, perturbar ou "enlouquecer" um importante órgão de comando, etc. etc..

Para contrariar estas ameaças, os equipamentos incorporam sistemas de autoprotecção e de detecção de intrusões cada vez mais sofisticados, são comercializados produtos antivírus, as organizações adoptam medidas de controlo de acessos de pessoas e a equipamentos e outras medidas de segurança, etc. Mas, como é sabido,

são grandes as vulnerabilidades de qualquer sistema de medidas passivas. Acresce que é frequentemente difícil a detecção rápida de uma intrusão e averiguar se se trata de uma acção pontual ou de uma acção com vários alvos; é igualmente difícil e demorado identificar a sua origem e, depois, agir sobre a mesma, se for estrangeira; pode ser também ambígua a distinção entre uma acção criminosa e uma acção hostil, de um Estado, e que possa ser considerada ameaçadora da segurança nacional.

No campo das medidas activas de defesa, no ciberespaço, levantam-se também grandes dificuldades: por exemplo, em que circunstâncias se pode reagir militarmente a um ataque no ciberespaço? (A Rússia afirma que pode reagir militarmente, inclusive com armas nucleares, a uma acção no ciberespaço que comprometa a sua segurança nacional, o que significa que encara o ciberespaço como qualquer outro espaço estratégico); em que circunstâncias e sob que condições se pode proceder a uma intrusão defensiva (escutas, vigilância de correio electrónico, etc.), em face dos direitos e garantias dos cidadãos? Em Portugal, as Forças Armadas possuem alguma base doutrinária sobre a guerra no ciberespaço, embora com muito duvidosa cobertura legal; as grandes empresas dispõem de estruturas dedicadas, de forma esparsa, à segurança informática; e existe alguma legislação avulsa (e.g., sobre escutas). Mas, tal como na maioria dos países, em Portugal há um grande vazio, doutrinário e legal, sobre o ciberespaço, numa perspectiva da segurança e defesa nacional.

Dado que se trata duma enorme vulnerabilidade, uma visão sobre a defesa não pode ignorar esta realidade. Crê-se que, numa primeira fase, talvez sob proposta de uma comissão interministerial com uma composição técnica e política adequada, conviria cobrir, com urgência, os seguintes domínios: terminologia, caracterização e classificação de fenómenos e de categorias e respectivas definições; caracterização de fenómenos e alvos do âmbito da segurança e defesa nacional; estância superior de decisão, de estudo, elaboração e difusão de doutrina e de legislação (Gabinete do 1º Ministro? Ministério da Defesa? Da Justiça? Da Administração Interna?); medidas gerais de defesa passiva a adoptar por todo o aparelho do Estado; relatórios sobre intrusões e outras acções suspeitas, órgãos de investigação desses fenómenos, relatórios e propostas.

E termino este “giro do horizonte” com uma referência ao que chamei “ameaças por omissão”. Estas ameaças resultam, não da exploração intencional, por outrem, de vulnerabilidades intrínsecas, mas da exploração de oportunidades proporcionadas a outrem em consequência de incúria, ingenuidade ou irresponsabilidade na satisfação de obrigações próprias (é como sair de casa deixando, por descuido, a porta apenas encostada, assim se estimulando um roubo não-premeditado...).

Por exemplo, Portugal faz parte da fronteira da UE. Se não controlar satisfatoriamente a sua fronteira marítima, provavelmente sofrerá pressões no sentido de essa tarefa ser assumida, no todo ou em parte, por forças de outros países da UE. Em contrapartida, aquela situação proporciona a Portugal a oportunidade para tentar obter da UE uma compensação financeira para um esforço que é de interesse comum.

e. Conclusões: Conflitualidade. Principais cenários

Do anteriormente referido, consideramos que são importantes factores intensificadores de um Mundo mais competitivo ou conflitual (Mundo mais agónico) os seguintes:

- a viragem civilizacional;
- a contínua proliferação e diversidade dos actores internacionais;
- a crescente pressão sobre os recursos naturais;
- a passagem a um mundo multipolar;
- a proliferação de armas de destruição maciça;
- o fundamentalismo religioso;
- a instabilidade económica e social;
- as tensões de natureza étnica;
- outras tensões de raiz histórica (territoriais, culturais, etc.).

Em contrapartida, os seguintes factores ou condições estimulam a cooperação internacional, a coordenação entre Estados e Organizações Internacionais e o reforço da ONU e do Direito Internacional:

- o risco de uma hecatombe nuclear, no caso de um conflito grave entre superpotências nucleares, por falha da estratégia de dissuasão;
- o risco de uma catástrofe ambiental, em consequência de um progresso descontrolado, assente em bases insustentáveis;
- a ameaça do terrorismo transnacional, que tende a assumir dimensões globais ou, pelo menos, a afectar as potências que determinam os parâmetros da estratégia mundial;
- as grandes catástrofes naturais e pandemias;
- as grandes crises económicas à escala mundial;
- a percepção, cada vez mais generalizada, de que o subdesenvolvimento é um factor de instabilidade com repercussões à escala mundial;
- a paulatina, mas crescente, difusão dos valores da democracia, da liberdade e dos direitos humanos.

Do exposto podem ser derivados três cenários básicos, que designamos por: catastrofista ou *pessimista*; idílico ou *optimista*; e de *evolução na continuidade*.

O **cenário pessimista** assenta na ideia de que a crescente competição por recursos vitais escassos, motivada pelo aumento exponencial da população e dos padrões de consumo, combinada com a pluralidade de SP com características diferentes e interesses divergentes ou conflituais, conduzirá inelutavelmente a uma confrontação violenta entre superpotências, que assumirá a forma ou de uma guerra mundial limitada, travada sob a forma clássica, ou, na pior hipótese, de uma guerra nuclear ilimitada.

O **cenário optimista** parte da convicção de um crescente reforço do DI e do papel da ONU, em consequência do peso dos factores de cooperação acima referidos, pelo que os conflitos militares que eclodirem serão entre, ou no seio de, pequenas potências e serão regulados e solucionados no quadro da ONU e tenderão a ser progressivamente eliminados, mercê de um desenvolvimento controlado e concertado.

O **terceiro cenário** corresponde a uma visão moderada em relação aos dois anteriores, com base numa conjugação de factores agónicos e de factores cooperativos. Parte do princípio de que, acima da ONU e do DI, o grande ordenador será, como nas últimas seis décadas, o “equilíbrio do terror”, entre as SP, que faz com que a confrontação entre SP se processe sob a forma de estratégias indirectas, que apelam aos meios não militares, e sob a égide duma estratégia de dissuasão nuclear. Por outro lado, a proliferação demográfica e dos actores internacionais, dos vários tipos, e a consequente pressão sobre os recursos, bem como a tendência para uma maior afirmação do Ser (individual ou colectivo) determinam um universo crescentemente agónico, ou seja, um mundo mais estrategizado. Assim, este cenário admite que nos próximos 15 a 20 anos o mundo se tornará cada vez mais competitivo, em todos os domínios e níveis, o que potenciará uma insegurança e uma instabilidade social derivada da viragem civilizacional e acelerará como que um darwinismo social; verá o contínuo desenvolvimento, em extensão e sofisticação, das actividades que privilegiam a clandestinidade; assistirá à proliferação de conflitos militares, maioritariamente de natureza identitária, por razões étnicas, religiosas, económicas, etc., mas que se manterão limitados, quer quanto ao grau de violência, quer quanto à área geográfica; poderão ocorrer conflitos militares de alta intensidade, que poderão mesmo envolver uma SP, mas que se manterão limitados na área geográfica e sem degenerarem numa confrontação directa entre SP; haverá larga margem para a cooperação internacional e para a concertação entre as SP em torno de algumas questões fundamentais, que interessam a todos os actores: terrorismo transnacional, não-proliferação de ADM, conservação do ambiente, regulação dos mercados

financeiros, etc. Em síntese, um mundo mais competitivo e conflitual, mais instável, menos previsível, mas também mais regulável e menos letal.

Consideramos o terceiro cenário como o mais provável e, evidentemente, o primeiro como o mais perigoso. Mas nenhum sistema de informações, por melhor que seja, consegue evitar a surpresa ou o inesperado, muitas vezes produtor de grandes roturas.

5. Bases de uma estratégia nacional

a. Fundamentos

Creio que uma visão sobre a defesa de Portugal, implica, “a priori”, uma visão sobre a inserção de Portugal no Mundo. A este respeito, há uma questão, como que ontológica, que, desde o século XV, dilacera as elites portuguesas: é Portugal um país atlântico, europeu ou euro-atlântico? Isto é, o futuro do País assegura-se aquém, além ou aquém e além-mar? Sempre houve “Velhos do Restelo”; há o dilema sergeano entre a política de fixação e a de transporte; e Pessoa, sempre percuciente, em poema bem conhecido dizia: “A Europa jaz, posta nos cotovelos... Fita, com olhar esfíngico e fatal, o Ocidente, futuro do passado. O rosto com que fita é Portugal”.

Findo o Império, não mais é, evidentemente, possível uma perspectiva atlântica como a que, durante largos períodos, dominou a História nacional. A minha visão é a de um Portugal euro-atlântico, no entendimento de atlantismo como além-mar. Transcrevendo o que escrevi noutra oportunidade, “sintetizando-a numa imagem, direi que pode assemelhar-se à do “Homem de Vitruvius”: um braço na direcção da Europa – a área decisiva – onde ocupa posição periférica, inconveniente no plano económico-social, mas talvez vantajosa do ponto de vista estratégico, longe de prováveis centros de perturbação; o outro braço na direcção dos EUA, o que confere a Portugal maior liberdade de acção, lhe aumenta a protecção contra ameaças perigosas e o recentra em posição de ponte e de charneira, estratégica e economicamente. (...) Quanto aos membros inferiores, um é dirigido para a África Austral, onde se reforça a “especificidade” portuguesa no quadro europeu e que pode ser também propiciadora de alternativas, económicas e não só, assim se reforçando a liberdade de acção do País; o outro dirigido para o Brasil, que, além de proporcionar enormes possibilidades económicas, potencia o instrumento fundamental da identidade e da projecção nacional – a língua. Nesta perspectiva, o Atlântico Sul pode tornar-se um espaço geocultural de forte expressão portuguesa”. Assim, a periferia

em relação à Europa pode ser encarada como uma centralidade em relação a um espaço geográfico crucial.

Tudo isto significa, por um lado, que é do interesse nacional a preservação, o fortalecimento e o reforço da coesão de três organizações – UE, NATO e CPLP – nas quais Portugal deve permanecer e “jogar” habilmente e procurar conciliá-las, por forma a evitar opções constrangedoras e, por outro lado, que deve ter em especial atenção outras áreas de interesse, como sejam, todo o Norte de África, por razões de proximidade, a RAS, a Venezuela e a Austrália, porque são pólos importantes de emigração portuguesa, o Médio Oriente por razões económicas e os EUA, a Rússia, a China (com Macau, com ligações que devem ser potenciadas) e a Índia, pelo seu peso nos assuntos mundiais. Por outro lado, dos quatro vectores principais de afirmação externa – militar, económico, diplomático e cultural – são limitadas as possibilidades do país no campo económico e, em certa medida, no domínio militar (deixo, para mais tarde, a justificação da reserva da afirmação). É, pois, fundamentalmente através dos vectores diplomático (no qual às forças armadas cabe um importante papel) e cultural que Portugal se pode afirmar no Mundo: no primeiro caso, pela qualidade e coerência das suas intervenções, capacidade de iniciativa e de participação, dinamismo e combatividade nos vários *fora* internacionais e por um esforço de ocupação de posições de relevo; no segundo caso, valorizando e tirando partido da sua mundividência histórica e dos seus arquivos, do imenso património espalhado pelo Mundo e, sobretudo, da língua e dos múltiplos instrumentos com ela relacionados (telecomunicações, meios audiovisuais, produção literária e cinematográfica, etc.). Portugal é, historicamente, um interlocutor de culturas e civilizações. Numa altura em que, em meu entender, a civilização ocidental acentua a sua marcha para o declínio (de acordo com o ciclo histórico toynebeeano) e novas civilizações emergem e determinarão o mundo futuro, Portugal afigura-se-me particularmente bem apetrechado para compreender, enfrentar e se adaptar, com sucesso, a essa evolução ou mudança.

Se é através de soluções externas que Portugal tem, historicamente, resolvido os seus problemas internos (isto é, Portugal tem optado pelo “campo aberto”, em vez de se refugiar no interior da “fortaleza”), de tal facto retiram-se algumas conclusões a ter em conta: a importância fundamental da estratégia diplomática e da política de Alianças; e, tal como no boxe, a importância de se procurar ocupar posições centrais e evitar afunilamentos ou o “encosto às cordas”, para assegurar o máximo de espaço de manobra, e de se agir com grande mobilidade táctica, astúcia e flexibilidade, para se preservar a liberdade de acção e se explorarem oportunidades.

Uma estratégia nacional tem de assentar na capacidade de satisfazer quatro questões fundamentais, que já abordei num outro escrito, e que conduzem ao estabele-

cimento de princípios: saber **o que** se quer; **querer** fazê-lo; **poder** fazê-lo; e **saber** fazê-lo.

A primeira questão remete-nos para o problema dos *objectivos*, pressuposto político sobre o qual não nos deteremos, por terem sido estabelecidos no início desta exposição, mas que adiante deduziremos, na sua expressão estratégica actualizada.

A segunda é do domínio da vontade ou das *forças morais*. Não há defesa sem vontade de sobrevivência e espírito de defesa. Para querer, é preciso, em primeiro lugar, crer, isto é, estar convencido da bondade, justeza e adequação dos objectivos que se pretende atingir ou preservar; em segundo lugar, possuir o chamado patriotismo ou “amor da Pátria”, apoiado num sistema educativo que proporcione um conhecimento da geografia do País (do seu povo, dos seus usos e costumes, da sua economia, das paisagens, etc.), da sua história (nos seus momentos bons e maus e do seu contributo para a história da humanidade), do seu património cultural, etc., bem como uma educação cívica que vise uma cidadania responsável, ciente de direitos mas também de deveres; um terceiro ponto é que se trata dum querer colectivo, pelo que a manutenção e o reforço da coesão nacional devem constituir uma preocupação permanente; um quarto aspecto refere-se à importância dos rituais, na sua função simbólica e de afirmação pública de pertença e de auto-estima (saber cantar o hino, saudar a bandeira, etc.); e, finalmente, de pouco vale uma boa estratégia se não for servida por uma liderança voluntariosa, estimulante e capaz. Infelizmente, começam a evidenciar-se, nos últimos tempos, sinais de uma decadência do brio nacional, prenunciadores do risco de anomia: v.g.,- é grave que o País não consiga, em algumas zonas, proteger e assegurar o nascimento de portugueses em Portugal, em condições seguras, mas poderia tratar-se de uma situação temporária e conjuntural. Muito mais grave é que governantes e governados, bem como todas as forças políticas, revelem total indiferença perante essa situação...

Para se **poder fazer** é preciso, em primeiro lugar, dispor de informação. Não se actua no vazio e no escuro, pelo que se tem de dispor de sistemas capazes de colherem, coligirem, sistematizarem, trabalharem, interpretarem, organizarem e difundirem, como necessário, informações ou dados. E como, hoje em dia, é necessária grande cooperação internacional no campo das informações, é fundamental que aqueles Serviços usufruam de credibilidade internacional. Em segundo lugar, tem de se dispor de meios, recursos ou *forças materiais adequados* à consecução dos objectivos visados (com frequência se verifica a existência de meios, incluindo militares, sem utilidade estratégica). Finalmente, é preciso dispor de liberdade de acção (que pressupõe, a montante, a liberdade de decisão), externa e interna, aquela dependente da relação com quem se opõe, e a segunda dependente, hoje em dia, de um largo apoio, quer de forças políticas, quer da opinião pública nacional.

Quanto ao **saber fazer** implica, em primeiro lugar, saber distinguir o importante do secundário, o estratégico do tático, ou seja, saber hierarquizar objectivos. Estes devem visar três grandes finalidades: corrigir vulnerabilidades ou pontos fracos, enfrentar ameaças e explorar potencialidades e oportunidades. Entre os objectivos, devem merecer especial atenção os que chamo objectivos – encruzilhada, que, se alcançados, abrem ou facilitam o caminho para a consecução de outros importantes objectivos. (Foi o caso, em tempos recentes, da adesão à CEE ou da entrada no euro). Depois, há que saber estabelecer prioridades (nem sempre o mais importante é o mais prioritário). Seguidamente, no domínio da acção, deve ser respeitado um dos grandes princípios da estratégia, o da concentração dos esforços, a todo o momento, no que é decisivo, isto é, mais importante ou prioritário e economizando esforços (recursos) no que é secundário, tanto mais que os recursos são quase sempre escassos. Finalmente, é fundamental saber gerir o espaço (onde) e o tempo (timing), nas suas várias acepções (momento, intervalo, duração/prazo e sucessão ou sequência), quer para agir por iniciativa própria, quer para reagir com oportunidade.

b. Principais vulnerabilidades / Pontos fracos.

Vários observadores, com uma visão pessimista, consideram que a actual situação do País se assemelha, de forma preocupante, às que precederam as quedas da Monarquia e da primeira República: o descrédito da classe política, de instituições políticas fundamentais e da justiça; a percepção de largas manchas de corrupção e que contaminam a classe política e áreas governamentais; a promiscuidade entre muitas decisões políticas e grandes interesses privados; a enorme dimensão da dívida pública – tudo agravado pela inexistência de um Ultramar e muito atenuado pela diferente situação das forças armadas e de segurança e pela pertença à UE. Outros observadores, optimistas, colocam o acento tónico no sucesso verificado na superação de vários desafios – instauração da democracia, adesão à CEE, entrada no euro, criação da CPLP, etc.; na realização de algumas grandes infraestruturas; na franca melhoria de indicadores sociais fundamentais (taxas de escolaridade e de mortalidade infantil, esperança de vida, saneamento básico, condições de habitação, etc.); e na modernização de significativos sectores do tecido produtivo.

Considero como principais vulnerabilidades do País as seguintes:

- a organização e funcionamento do Estado e da Administração Pública;
- a demografia, em termos quantitativos e qualitativos;
- a questão energética;
- a falta de produtividade / competitividade.

Devem ainda ser objecto de especial atenção a descontinuidade territorial e as assimetrias regionais.

É geralmente reconhecida a necessidade de uma revisão da arquitectura, da articulação de poderes, das responsabilidades e dos princípios de funcionamento do Estado, desde o mapa autárquico à composição e critérios de representatividade e de escolha da Assembleia da República. Mas, além de problemas estruturais, existem questões graves relacionadas com o funcionamento. Os especialistas parecem de acordo quanto a três: o parasitismo/clientelismo, derivado de poderes discricionários, desde as autarquias aos órgãos superiores do Estado, responsável, em grande parte, por uma Administração empolada, não-funcional, cara e opaca; a corrupção, que parece alastrar e atingir níveis qualitativos preocupantes, e que, em última análise, mina a ética, a competitividade e a democracia; e a justiça, inoperante em relação aos grandes processos chamados de “colarinho branco” e desacreditada, no geral. Trata-se de uma questão crucial para o futuro do País, o qual depende da capacidade e eficácia do Estado que o representa. Por razões óbvias, passo a cingir-me ao que interessa directamente à defesa nacional, e apenas a aspectos que considero mais relevantes.

A LDNFA foi, em termos conceptuais, um documento a vários títulos notável, mesmo segundo padrões internacionais. Mas, em parte devido aos traumas, preconceitos e prioridades da época, contém deficiências e insuficiências, das quais saliento as seguintes:

- A integração, numa única Lei, do ordenamento da defesa nacional e das forças armadas, que, estou convencido, contribuiu para uma concepção limitada da defesa nacional e para a persistência, na opinião pública e não só, de que a defesa nacional diz respeito, apenas, às forças armadas.
- A limitação da defesa nacional a ameaças externas, quando a realidade mostra que cada vez são mais necessárias abordagens sistémicas e holísticas.
- A inexistência de um órgão de estudo, acompanhamento das situações, apresentação de estudos, propostas e recomendações no âmbito da defesa nacional. Em cada nível superior de decisão, deve existir, além do responsável, um órgão de Conselho e um órgão de “staff”. O responsável pela DN é o Primeiro Ministro (e o PR) e a este nível máximo existe o órgão de Conselho, o CSDN, (ainda que com funções administrativas e propriamente estratégicas que deveriam ser revistas), mas não existe órgão de “staff”, na dependência do 1º Ministro (Secretariado-Geral da DN, ou Gabinete de Estudos e Planeamento da DN, etc.). (Assim, o Estado não dispõe de nenhum órgão com a

responsabilidade e a capacidade de fazer, bem, e de manter actualizado, um estudo semelhante ao que – sozinho, limitado no espaço e no tempo e sem documentação de referência suficiente e organizada – estou a tentar apresentar...).

- A designação por “Ministério da Defesa Nacional” de um órgão que trata, cada vez mais, apenas de questões militares. Se a histórica designação (Ministério da Guerra) se tornou, à escala mundial, inaceitável, aquele ministério deveria chamar-se “das Forças Armadas”, ou “da Defesa Militar” ou, apenas, “da Defesa”, por forma a não se reforçar a confusão habitual entre defesa nacional e a acção das forças armadas.
- A ausência de, ao menos, uma ideia geral da responsabilidade de cada Ministério no âmbito da defesa nacional. Por exemplo, a Lei diz, e bem, que a política de defesa nacional é interdepartamental: como se reflecte, ou materializa, na acção do Ministério da Educação? E no da Economia? O chamado conceito estratégico de defesa nacional dá, naturalmente, origem a um conceito estratégico de defesa militar, que existe; mas há, por exemplo, algum conceito de defesa económica ou cultural? Ora o CEDN de 1994, elaborado na observância da LDNFA, ainda continha umas orientações gerais sobre este assunto, para os vários sectores do Estado, embora tenham tido limitada concretização prática; mas o CEDN em vigor, de 2003, sem prejuízo dos seus méritos em vários domínios, traduz uma lamentável regressão intelectual: não respeita a noção de defesa nacional expressa na lei, redu-la praticamente a uma dimensão militar e incorpora uma ideia de segurança vazia, sem conteúdo, objectivos, responsáveis ou rostos.

No que respeita à demografia, em termos quantitativos, já nos referimos às consequências extremamente negativas da situação actual – estagnação ou decadência, baixa natalidade, envelhecimento geral, inversão da pirâmide etária – a exigirem adequadas políticas de natalidade, de fixação de populações e de imigração. Sendo o envelhecimento da população uma manifestação do progresso, e inelutável, saliento duas consequências importantes: a necessidade de se reverem algumas das concepções dominantes no domínio da assistência sanitária, já que os idosos passam a ser o sector mais numeroso, e a necessidade de encontrar para muitos reformados, física e intelectualmente relativamente ainda vigorosos, formas de ocupação socialmente úteis.

Quanto aos aspectos qualitativos, julgo de relevar três aspectos: as consequências da emigração histórica, a melhoria das condições sanitárias e físicas e as possibilidades abertas pela viragem civilizacional. Relativamente ao primeiro

aspecto, saliento que Portugal é um país “desnatado”: a partir do século XV, os melhores, os mais ousados, os homens de acção, os aventureiros, os capazes de dizer “não” a um território sáfaro ou a condições político-sociais asfixiantes emigraram para paragens distantes e, sem autorizações burocráticas, arrotearam terras, comerciaram, construíram povoações, foram delimitando fronteiras e definindo territórios e novos países ou ajudando a desenvolver outros existentes. Quanto ao segundo aspecto, as populações atingiram no último meio século uma elevada condição física e sanitária, libertando-se de um quadro que, em especial no período crucial dos séculos XIX e XX, foi um poderoso travão do progresso e desenvolvimento (mortalidade infantil, sífilis, tuberculose, etc.). Mas particularmente relevantes são as perspectivas abertas pela sociedade informacional. Historicamente, Portugal foi fortemente limitado no seu desenvolvimento pelos dados da geografia: um solo arável escasso (25% do território) e a relativa pobreza do subsolo em matérias-primas fundamentais. Ora, juntamente com a climatização artificial, a sociedade informacional liberta as sociedades de um como que determinismo da geografia, já que o progresso e desenvolvimento passam a depender, essencialmente, do conhecimento, isto é, das qualificações do capital humano e do seu grau de preparação para um universo competitivo. Assim, a qualificação adequada dos recursos humanos, em ordem às necessidades do país (o que, em meu entender, deveria implicar discriminações positivas em relação a determinadas áreas do conhecimento), e a sua periódica reciclagem, devem, ser considerados um objectivo estratégico de elevada prioridade. E, como já escrevi há largos anos, “interessa sobretudo a formação de quadros (onde serão recrutados os decisores políticos) que, sem prejuízo das especializações, sejam conhecedores da realidade internacional e dos seus grandes problemas e estejam treinados na complexidade, habituados a reflectir, a relacionar fenómenos e dados, e a tomar decisões em ambientes de incerteza, num universo sofisticado de múltiplas variáveis e de fenómenos, instrumentos e processos em acelerada mutação”. Tal implica uma rotura com uma situação que tem sido de apreciável relevância em Portugal: um País frequentemente governado por quadros políticos sem qualquer experiência de chefia e direcção em grandes organizações, privadas ou públicas, em contacto estreito com a vida real, nacional e internacional, e que são o produto de um mero carreirismo político, de gabinetes, e incubado nas organizações de juventude.

Nos finais da década de 70, realizou-se neste Instituto um grande e prolongado seminário sobre a problemática da energia, o qual, dadas as características da época, congregou os melhores especialistas de então e foi intensa e abertamente participado. Vivia-se, então, sob os efeitos dos “choques petrolíferos” e sob a in-

fluência das teses do Clube de Roma: o acento tónico era colocado na ameaça da finitude dos recursos petrolíferos, na necessidade de exploração de jazidas cada vez mais “pobres” e menos económicas e, por conseguinte, na inevitabilidade de um contínuo aumento dos preços do petróleo. A nível mundial, esperanças e recursos eram então concentrados na possibilidade do controlo da fusão nuclear, ainda que com a oposição de grandes interesses instalados. Projectando-se as necessidades energéticas nacionais correspondentes a uma taxa de crescimento económico modesta (2 a 3%), concluía-se que, tendo em atenção os recursos naturais do país e que as grandes fontes de energia hídrica estavam praticamente exploradas, se não se recorresse a outras fontes de energia a factura petrolífera atingiria, antes do fim do século, valores in comportáveis e que haveria que aumentar significativamente a auto-suficiência energética do País. Várias vozes já apontavam para custos ecológicos mais gravosos. E, em consequência, apontavam-se as seguintes, mais significativas, vias a seguir: medidas, se necessário impositivas, no sentido de uma melhoria substancial da eficiência energética; exploração de potencialidades remanescentes no campo da energia hídrica, inclusive no âmbito das mini-barragens; recurso, ainda que com custos inicialmente mais elevados, a energias renováveis, em especial à eólica e à solar, bem como à biomassa; recurso à energia nuclear, relativamente à qual o País dispõe de recursos naturais e existiam, do tempo do antigo regime, estudos bastante avançados. Todavia, esta última medida contou com forte oposição, ou reservas, de alguns sectores dos participantes. Recordo tudo isto porque o considero altamente didáctico, já que, passados cerca de 30 anos, o quadro então descrito se manteve, até há cerca de três anos, praticamente inalterado, salvo em dois aspectos, os do preço do petróleo e da introdução do gás. A consciencialização do grosso de governos e populações sobre os riscos iminentes colocou, na última década, a agenda energética de novo na ordem do dia. Além disso, o défice energético pesa decisivamente na nossa balança comercial e no valor da dívida externa.

Tal como na maior parte do Mundo, em Portugal só há pouco tempo se começou a arrepiar caminho, vindo a adoptar-se, sensivelmente, as medidas preconizadas há 30 anos atrás, sendo de relevar os avanços conseguidos no domínio da energia eólica, com reflexos no sector industrial de produção de equipamentos, alguns passos dados no âmbito da energia solar e a perspectiva de retoma de alguns projectos relativos à energia hídrica. Quanto à energia nuclear, o jogo dos medos (mais que argumentos de ordem económica) tornaram-na num novo “Cabo Bojador”. Entretanto, nos últimos tempos, foram produzidos estudos variados e valiosos sobre o problema energético nacional, mas é escasso o debate político, talvez porque algumas questões são “politicamente incorrectas”.

Julgo que, na questão energética, se deve suscitar uma perspectiva geopolítica, sobre a posição do país em relação à estratégia energética russa, que atrás já referi, de controlo da Europa Central e, creio bem, de toda a Europa (com a colaboração, aliás, de eminentes figuras políticas europeias...). No sentido de a contrariar, há os esforços, também já referidos, visando a construção de óleo e gasodutos através da Turquia e do Cáucaso. Mas parece-me que não está bem estudada a possibilidade de, através do porto de Sines e com base no gás liquefeito, se construir, além de estruturas de armazenamento, um gasoduto que, ligando o sistema nacional ao sistema europeu, constituísse um abastecimento alternativo ao da Gazprom, já que Sines parece proporcionar uma localização privilegiada em relação a importantes rotas daquele gás, na medida em que os grandes fornecedores, a nível mundial, são a Indonésia, a Malásia, o Qatar e a Nigéria (além da Argélia).

Portugal defronta-se, de momento, com três grandes problemas, interligados: um, económico, de falta de produtividade e de competitividade; outro, financeiro, o do enorme valor do défice e da dívida pública e externa; o terceiro, social, o desemprego, de natureza mais conjuntural.

Segundo credenciados especialistas, o mais grave, no curto prazo, é o do enorme valor da dívida pública e da externa. Trata-se de um problema histórico, frequente e periódico e que, como já referi, esteve na base da queda da Monarquia e da primeira República. A situação reflecte, sobretudo, a falta de produtividade do tecido económico e de competitividade da nossa economia e um consumo acima das nossas possibilidades. As causas da situação estão, há muito, diagnosticadas (existe, por exemplo, um excelente estudo sobre a competitividade, patrocinado pela AIP) e a sua correcção exige medidas coordenadas em vários domínios, desde o da educação ao da justiça, do legislativo e burocrático ao fiscal, etc. Já referimos o peso substantivo da nossa dependência energética na balança comercial, fortemente negativa, e na dívida externa. Do ponto de vista estritamente estratégico, há que relevar que a melhoria acentuada da produtividade e da competitividade não são possíveis no curto prazo; que, num prazo relativamente pequeno, cessarão (ou serão reduzidas substancialmente) as contribuições dos fundos de coesão, pela UE; já se não pode recorrer a grandes receitas de eventuais privatizações nem a situação as aconselha; o controlo da dívida e do défice exigirão, certamente, mais medidas de grande austeridade, já gravosa; pelo que não deve ser subestimada a hipótese, perigosa, de se desembocar numa situação de grande instabilidade social, de consequências políticas e sociais imprevisíveis.

c. Ameaças mais perigosas e mais prováveis.

Em face do exposto, considero mais perigosas as seguintes ameaças:

- confrontação militar entre SP (muito pouco provável);
- federalismo europeu (pouco provável);
- iberismo (pouco intenso, de momento);
- instabilidade social generalizada (apreciável ou elevado grau de probabilidade).

E considero como mais prováveis as seguintes:

- conflitos de alta intensidade, limitados na sua área geográfica, sem intervenção directa da NATO ou da UE;
- conflitos de média e de baixa intensidade, com reflexos na ONU, NATO e/ou na UE;
- ameaças do “mundo clandestino” (narcotráfico, crime organizado, tráfico de armas e explosivos, etc.);
- instabilidade político-social em áreas de interesse;
- terrorismo transnacional;
- violações dos espaços marítimo e aéreo, sob jurisdição;
- emigração descontrolada;
- grandes catástrofes ou pandemias.

Em estratégia, prepara-se contra o mais provável e previne-se contra o mais perigoso, inclusive através de alianças.

d. Potencialidades

(1) Principais potencialidades

Considero as seguintes, que não desenvolverei, por razões de falta de tempo e de espaço e porque o seu simples enunciado me parece suficientemente explícito:

- pertença à UE, NATO e CPLP;
- posição geográfica;
- um só vizinho;
- costa e mar (há um importante e recente estudo sobre o assunto e o eventual alargamento da plataforma continental abriria novas potencialidades interessantes);

- descontinuidade territorial (confere maior profundidade estratégica; os Açores e a Madeira reforçam o valor da posição; dimensão da ZEE; controlo de importantes “LOC”);
- clima;
- língua, com dimensão à escala mundial;
- passado histórico (independência secular; coesão e patriotismo; mundivivência);
- colónias de emigrantes e de imigrantes;
- larga experiência em guerra subversiva, com excelente base doutrinária;
- atraso económico (?) (“queimar etapas”).

(2) Inserção em rede

Na sociedade informacional, de fluxos, o papel e valor do país avalia-se pela forma como se insere em redes, isto é, como se constitui em pólos. Estes podem ser geradores (ou receptores), ou de articulação, de fluxos.

Quanto aos primeiros, refiro, entre outros, os seguintes:

- produção e transformação de produtos específicos, de origem nacional (tradicionais);
- produtos de média e alta tecnologia;
- lazer e turismo de massa, de elites possidentes e cultural;
- congressos e reuniões internacionais;
- acolhimento, lazer e tratamento de terceira idade possidente;
- formação internacional de quadros em áreas privilegiadas (ciências do mar; medicina tropical; operações de paz e de guerra subversiva; TIC; energias renováveis; estudos africanos; multiculturalismo; estudos linguísticos e literários, etc.).¹

Quanto aos segundos, o país pode ser pólo de articulação

- estratégica (militar);
- logística;
- de circulação (aérea, marítima, “pipelines”, etc.);
- de sistemas de comunicações e de vigilância, do mar e do ar;
- de actividades espaciais;

¹ Não me posso furtar a um pequeno aparte: embora tenha mais importância o desenvolvimento do tecido económico que a origem do capital, não deixa de ser chocante que parte apreciável do solo agrícola nacional esteja a ser apropriado por estrangeiros, na produção de produtos tradicionais, que os anteriores proprietários não souberam fazer, por decadência física, atraso cultural e técnico e falta de apoios, financeiros e técnicos, adequados

- de EMN, económicas ou financeiras;
- etc.

e. Objectivos político-estratégicos conjunturais

À luz do já referido, são objectivos político-estratégicos os seguintes:

- reforço da coesão da UE e da NATO;
- ocupação de lugares-chave ou relevantes nestas Organizações;
- assegurar uma relação igualitária, cooperativa, confiável e anti-centrípetas com a Espanha;
- fortalecimento da CPLP, tendo em especial atenção o desenvolvimento da cooperação nos domínios cultural, económico e militar com Cabo Verde, Brasil, Angola e Moçambique;
- corrigir as principais vulnerabilidades;
- garantir a capacidade para enfrentar as ameaças mais prováveis e satisfazer compromissos internacionais, de acordo com as seguintes prioridades:
 - quadro exclusivamente nacional;
 - quadro da NATO;
 - quadro da UE;
 - quadro da ONU.

6. A dimensão militar

a. Considerações preliminares

Os objectivos político-estratégicos acabados de referir materializam a missão estratégica ao nível da estratégia integral ou superior do Estado. Dela derivam as missões ao nível das estratégias gerais, ou seja, dos vários ministérios. Assim, para se estabelecer a missão de cada Ministério bastaria atribuir cada objectivo ao(s) ministério(s) competente(s) e completar a missão de cada ministério com outras deduzíveis do que foi referido ao longo desta exposição. Por razões de economia do trabalho, vamos cingir-nos ao vector militar, sem prejuízo de, por vezes, incluirmos referências às forças de segurança interna.

E fá-lo-emos com dois *caveat*. O primeiro tem a ver com os princípios e formas de funcionamento da Instituição Militar e das Forças Armadas, que estão, pela sua missão, naturalmente voltadas para o futuro (em cerca de 35 anos tiveram

de levar a efeito quatro grandes reorganizações, mal apercebidas pela opinião pública, aceites com grande disciplina, apesar dos elevados custos humanos, em termos económicos e profissionais de algumas delas, e sem paralelo com qualquer outro sector do Estado): para a evolução do Mundo, para as ameaças que se começam a desenhar no horizonte, para as potenciais hipóteses de intervenção, para a pesquisa de informação sobre os melhores instrumentos ou equipamentos existentes a nível mundial, etc. e dispõem de órgãos obrigados a, em permanência, fazerem os adequados estudos prospectivos e planos de emprego, de forma profissional e não amadora; por outro lado, contrariamente ao que se passa no grosso do aparelho de Estado, os seus quadros estão submetidos a um processo regular de instrução e de actualização, pela frequência de cursos ou estágios, no país ou nos melhores Centros estrangeiros, e a um processo permanente de informação e avaliação, para efeitos de promoção; finalmente, têm um grande conhecimento do Mundo e de outras Forças Armadas e experiência de trabalho nos mais evoluídos quartéis-generais (da ONU, NATO e UE) e nos mais variados ambientes operacionais. Desta forma, as propostas dos chefes de cada Ramo sobre a organização, os meios, o treino e instrução, a doutrina de emprego, etc. (e que são, além disso, precedidas por análises e discussões em órgãos de Conselho adequados) são, certamente, as mais sólidas e consistentes, à luz da visão de cada Ramo sobre os interesses e a defesa do País. Poderia, assim, considerar descabido que me pronuncie sobre o vector militar.

A segunda reserva ou precaução respeita ao seguinte: estou afastado há mais de 15 anos do serviço activo, pelo que, embora ainda procure manter-me razoavelmente actualizado, o esforço que faço é mais quanto a conceitos e doutrinas que sobre pormenores de equipamentos, tecnologias, siglas, etc.

Tendo presentes as duas reservas, não ignoro, porém, o corporativismo existente no seio das Forças Armadas e de cada Ramo, pelo que a emissão de uma opinião desinteressada, distanciada, generalista, não comprometida e, embora com limitações, ainda razoavelmente profissional, sobre o vector militar, pode não ser despendida relativamente aos objectivos deste ciclo de abordagens da defesa de Portugal.

Fala-se, com frequência, em modernização das Forças Armadas associando-a, fundamentalmente, à sua dotação com equipamentos modernos e da mais elevada tecnologia. Julgo dever fazer duas reservas. A primeira relaciona a qualidade de um equipamento com a sua utilidade e eficiência táctica e estratégica: a alta modernidade e tecnologia do equipamento das Forças Armadas dos EUA foram ineficientes no Vietname, por inadequados para aquele tipo de inimigo; em contrapartida, na Guerra do Ultramar, o antiquado Dornier 27 foi adequado e eficaz em face do

quadro da NATO, ou, muito excepcionalmente, da UE. Tal significa que uma eventual intervenção nossa será sempre com uma SP. Ora, por definição, as SP dispõem de forças militares sofisticadas, de elevada tecnologia e letalidade e capacidade de destruição, capazes de obterem a chamada “vitória militar”, pelo aniquilamento ou rendição do aparelho militar do In; mas, hoje em dia, no Ocidente, por razões de racionalidade económica, que contrariam vastos aparelhos militares, essas SP não dispõem de “forças de seguimento e apoio” adequadas, em quantidade e qualidade, capazes de consolidarem a vitória, estabilizarem a situação, fazê-la regressar progressivamente à normalidade e abrirem o caminho à paz desejada. Há, assim, numa Aliança, margem para uma larga e inteligente divisão do trabalho estratégico, que deve substituir a visão, dominante, de uma mesma e idêntica tipologia de forças, em nome de uma pretensa igualdade de responsabilidades, de estatutos e duma interoperabilidade deficientemente interpretada. Entendo que Portugal deve ter ideias claras sobre esta matéria e que deve defendê-las e fazê-las vingar nos *fora* adequados, inclusive no quadro da PESD, onde, creio, os sistemas de forças defendidos obedecem mais à lógica dos interesses das indústrias de armamento dos principais países que à duma racionalidade estratégica coerente.

Naquele mesmo cenário, a intervenção das Forças Armadas far-se-á, essencialmente, no quadro externo e, em regra, a muito grandes distâncias, o que implica uma elevada capacidade de projecção de poder. A questão do transporte estratégico é, por conseguinte, crucial na concepção dum sistema de forças nacional. Por seu turno, a concepção desse transporte depende significativamente do tipo de equipamentos a transportar.

A actuação a grandes distâncias é, por si só, fonte de atrito e de desgaste de equipamentos, de correntes de reabastecimento e das forças morais. Muitos equipamentos não chegam ao destino, por extravio ou devido a acções de flagelação das linhas de comunicações pelo In, ou chegam com atrasos e em deficientes condições de conservação, o que tem de ser tido em consideração antes de qualquer decisão relativamente ao empenhamento do País, ao avaliar-se a capacidade de sustentação da força empenhada. Por outro lado, aumenta também a pressão sobre a rotação do pessoal.

As Forças Armadas nacionais foram, nas últimas duas décadas, empregadas em variados TO, sob condições geográficas e de clima também variadas, e em missões que vão desde o apoio à reconstrução e estabilização de territórios a operações militares de baixa intensidade mas de risco apreciável, passando por operações de imposição de paz ou de evacuação de cidadãos. Trata-se de um leque bastante variado de situações. Julgo que, com vista a uma mais ajustada configuração de

forças e de equipamentos, e tendo em atenção o cenário admitido como mais provável conviria responder às seguintes perguntas, relativas ao período em questão: que forças ou equipamentos foram mais utilizados? Quais não foram utilizados? De que forças, equipamentos ou outras capacidades se sentiu a falta? Chegar-se-á, talvez, à conclusão de que haverá bastante a fazer, para se evitarem critérios desajustados em relação às novas realidades estratégicas e que são, ou foram, gravemente onerosos financeiramente.

Há hoje uma tendência, mesmo no discurso de alguns responsáveis políticos e militares, para se avaliarem as forças armadas pelo seu produto operacional. Embora se trate, evidentemente, de um critério importante, está longe de ser o mais importante, pelo que considero que tal tendência se filia numa falta de reflexão sobre a razão de ser e o papel da Instituição Militar (digo “Instituição” e não “Organização”).

Razões de ordem operacional e de racionalidade económica impõem, de forma crescente, uma visão global e unitária do vector militar, isto é, uma perspectiva de “Forças Armadas” e menos de “Ramos”. Mas, como em tudo na vida, convém evitar “fundamentalismos” ou “reducionismos”, tanto mais que a teoria aponta um leque variado de soluções, que vão da integração a organizações conjuntas, a comandos aumentados, a responsabilidade de apoio geral, a unificações de certos tipos de equipamentos (armamento individual ou alguns tipos de viaturas, por exemplo), a utilização comum, etc.

Uma última nota introdutória prende-se com o que vem sendo chamado de “nível de ambição”. Como já referido, uma das funções das Forças Armadas é a de serem instrumento da política externa nacional e que se manifesta, entre outras formas, pelos compromissos internacionais que se assumem. Neste domínio não há “tabelas”: a dimensão do aparelho militar depende, dentro de limites razoáveis ou de bom senso, da vontade ou ambição política. Dou um exemplo, tosco e simplificado, para ser mais incisivo e claro: pertenci a um Exército que, com recursos exclusivamente nacionais, sem a actual cornucópia de milhões de euros diários provenientes da UE, atingiu uma dimensão da ordem dos 150 mil homens e enfrentou, durante 13 anos, guerras em três TO distintos e distantes, no fundo muito semelhantes às que ora pululam pelo Mundo; ainda que o custo unitário por soldado seja hoje superior ao de então, está perfeitamente dentro das nossas possibilidades dispor dum Exército, capaz, de cerca de 35 mil homens (bastava duplicar o actual orçamento das Forças Armadas, passando-o para valores da ordem de 3% do PIB, valor normal em muitos países da NATO, durante os períodos mais exigentes da guerra fria), o

que permitiria disponibilizar uma força expedicionária da ordem dos dez a 13 mil homens; se postos ao serviço da UE, e sem contar com os outros Ramos das Forças Armadas, tal força garantir-nos-ia uma “quota” de 15 a 20% no objectivo de forças da UE, o que nos permitiria negociar compensações em outras áreas e em postos de responsabilidade em QG, em organizações diplomáticas, etc.; existirão outros domínios em que Portugal possa ter um peso de 15% no seio da UE?

b. O vector militar na actualidade

Por razões de economia, omito referências à dimensão nuclear ou, mais genericamente, às armas de destruição maciça, que nos podem influenciar, mas cuja problemática não podemos influenciar.

O fim da Guerra Fria e da bipolaridade veio a conferir uma maior liberdade de acção à estratégia directa e, conseqüentemente, a valorizar operacionalmente o vector militar convencional. Mas, por outro lado, as restrições do DI, bem como o quadro da ONU, limitam o recurso àquele vector, como instrumento de imposição política; as opiniões públicas, mobilizáveis pelos meios de comunicação de massa, tendem a rejeitar manifestações de violência sobre alvos não-militares, produtoras dos chamados danos colaterais; e a vida humana do combatente é, cada vez mais, um bem entendido como precioso. Em consequência, o esforço é no sentido da obtenção, através da tecnologia, de equipamentos e armas de letalidade ajustada à natureza do alvo, inteligentes (capazes de identificarem e caracterizarem o alvo e de se ajustarem à sua eventual mobilidade), de precisão cirúrgica, por forma a diminuir os danos colaterais, e lançáveis a grande distância por forma a evitarem a necessidade de uma aproximação das defesas do In e assim se reduzir o risco de baixas próprias. Por outro lado, as exigências do combate próximo, sempre necessário, impõem um elevado poder de choque, de fogo e de auto-protecção. Daqui resultam meios sofisticados, que incorporam alta tecnologia, e conseqüentemente muito caros, e produtores de elevada taxa de atrito. Além disso, tais meios obrigam a uma preparação militar demorada e dispendiosa, dificilmente compatível com os regimes do Serviço Militar Obrigatório, o que conduz a Forças Armadas profissionalizadas, assentes no voluntariado, em grande parte dependentes da lei da oferta e da procura e, portanto, também caras em termos humanos. Desta forma, a força militar só é empregada, em princípio, em conflitos de alta intensidade se se dispuser de suficiente liberdade de acção externa e razoável cobertura da ONU, e se for possível obter uma vitória rápida, com baixos custos humanos, e assente, essencialmente, no recurso a sistemas de CI4R sofisticados e de armas inteligentes, de precisão cirúrgica, de acção a distância e de letalidade ou eficácia adequadas

e suportados por sistemas de apoio também evoluídos. E, consequentemente, Forças Armadas com estas características gerais, capazes de travarem conflitos de alta intensidade, só estão ao alcance de Grandes Potências ou de países que se defrontem com problemas de segurança militar graves e sejam obrigados a grandes orçamentos de defesa militar. Forças sem aquelas características apenas poderão participar em conflitos de alta intensidade em algumas operações especiais e em missões de seguimento e apoio, o que não significa uma menor importância dessas missões, no quadro duma divisão do trabalho estratégico, ou em algumas missões de natureza sobretudo logística.

Já no caso de conflitos de média ou baixa intensidade, de missões de estabilização, de operações de paz, e em ações de gestão de crises os sistemas de forças requeridos podem ou devem ser de outra natureza. O poder de choque e de fogo a distância deixam, em regra, de ter relevância e passam a tê-la a capacidade de contacto com populações e o seu apoio, de busca e destruição, de controlo e limpeza de itinerários, de controlo de meios urbanos, de execução de operações de assalto sobre pequenos alvos bem definidos, de interdição, de defesa de pontos sensíveis, de fiscalização de Acordos, de fiscalização e controlo de circulação, de bloqueio, de presença e exibição de força, etc..

Por outro lado, dada a potencial variedade de situações, a organização e composição da força tem de ser adaptada à situação concreta, dentro do conceito de força – tarefa, o que implica modelos de organização altamente flexíveis e passíveis de modulação.

E dada a variedade de potenciais ameaças e a mutabilidade da situação internacional assume acrescida importância o grau de prontidão dos vários subsistemas de forças.

Neste quadro geral, entendemos que, em termos conceptuais e doutrinários, o sistema de forças militares nacional se deve assemelhar, curiosamente, ao que foi dominante durante as guerras ultramarinas, sem prejuízo de modernizações ou especificidades que referiremos. E salientamos, já, que tal *desideratum* nos permitiria criar pelo menos um “centro de excelência” a nível europeu, visto que para tal não nos faltam nem instalações, nem geografia, nem experiência, nem doutrina, como, aliás, vem sendo evidente nas missões externas que as Forças Armadas têm desempenhado.

Refere-se, ainda, que o sistema de forças deve poder crescer facilmente, no caso de acentuada alteração do enquadramento estratégico geral. Tal exige adequados sistemas de mobilização, planos de alteração dos sistemas de incorporação, e disponibilidade de aquartelamentos e de reservas de equipamento e de material essencial, em parque. Assim, considero que se deve ser prudente em certas alienações.

c. Forças Terrestres

(1) Componente de Intervenção

- (a) Emprego principal: Dissuasão. Projecção de poder; Gestão de crises; Guerra convencional de alta e de média intensidade e guerra subversiva.
- (b) Missões típicas: Acções de presença e de demonstração de força; Operações especiais sobre a retaguarda; Limpeza de áreas da retaguarda, limpeza e segurança de itinerários, defesa de pontos sensíveis, controlo de povoações, etc.; operações de redução, de busca e destruição, etc.; Operações de evacuação.
- (c) Principais características:
 - Baseada em forças especiais e de reconhecimento ligeiro.
 - Elevado grau de prontidão.
 - Grande mobilidade estratégica (terra, mar e ar) e táctica (terra e aviação do exército).
 - Equipamento individual sofisticado.
 - Forte apoio de fogos próximo (aviação do exército) e de transmissões.
 - Prioridade do apoio de serviços: saúde e manutenção de material.

(2) Componente de estabilização

- (a) Emprego principal: Projecção de poder; Gestão de crises; Guerra convencional de média e baixa intensidade; Guerra subversiva; Operações de paz; Acções de estabilização e de reconstrução.
- (b) Missões típicas: Acções de presença; Segurança de áreas da retaguarda, limpeza e controlo de itinerários, segurança de colunas de reabastecimento, etc.; Protecção e guarda de pontos sensíveis, patrulhamentos, controlo de populações, manutenção da ordem, fiscalização da circulação, etc.; Operações de interdição, de interposição e de fiscalização internacional. Formação de quadros e tropas, conservação de itinerários, apoio a autoridades civis, etc.
- (c) Principais características:
 - Baseada em forças de infantaria, de reconhecimento ligeiro, da GNR, de engenharia, de transmissões e do serviço de saúde.
 - Apreciável grau de prontidão.
 - Grande mobilidade estratégica (terra, mar e ar) e táctica (terrestre).
 - Equipamento individual sofisticado. Equipamento ligeiro.
 - Capacidade de modulação.

- Treino especial: Acção psicológica; Direito Internacional; Assuntos Cíveis.
- Sustentabilidade.

(3) Componente territorial

- (a) Emprego Principal: Vigilância e segurança do território nacional. Apoio e reforço das restantes componentes.
- (b) Missões típicas: Segurança de pontos sensíveis; Vigilância das fronteiras, em especial da costa marítima; Acções de anti-terrorismo e de resgate; Apoio às autoridades cíveis.
- (c) Principais características:
 - Baseada em forças de infantaria, de reconhecimento e da GNR; Representação de todas as Armas e Serviços.
 - Capacidade de expansão / mobilização.
 - Segurança NBQ, guerra electrónica e segurança ciberespacial.
 - Formação e treino de quadros e tropas.
 - Apoio administrativo-logístico de retaguarda.

d. Forças Navais

(1) Componente de intervenção.

- (a) Emprego principal: Dissuasão. Projecção de poder. Gestão de crises. Guerra de alta, média e baixa intensidade.
- (b) Missões típicas: Acções de presença e de demonstração de força; Patrulhamento marítimo; Transporte estratégico; Projecção de poder contra terra; Acções de bloqueio; Vigilância das águas sob jurisdição; Operações de evacuação e de salvamento; Operações anti-pirataria.
- (c) Principais características:
 - Navios oceânicos de superfície modernos (fragatas e corvetas).
 - Navios de apoio logístico.
 - Capacidade de patrulhamento e de ataque aéreo (helis).

(2) Componente territorial.

- (a) Emprego principal: Vigilância das águas territoriais. Segurança marítima. Investigação do mar.
- (b) Missões típicas: Patrulhamento marítimo; Fiscalização da pesca; Operações anti-narcotráfico e anti-emigração clandestina; Busca e salvamento; Anti-poluição; Hidrografia; Apoio a autoridades cíveis.

- (c) Principais características:
 - Navios patrulha e lanchas de fiscalização.
 - Navios de investigação (hidrografia)
 - Formação de quadros e tropas
 - Apoio administrativo-logístico de retaguarda.

e. Força Aérea

- (1) Componente de intervenção
 - (a) Emprego principal: Dissuasão. Gestão de crises. Guerra de alta, média e baixa intensidade. Guerra subversiva. Operações de paz.
 - (b) Missões típicas: Reconhecimento; Caça e intercepção; Ataque ao solo; Transporte estratégico; Apoio logístico; Operações de evacuação.
 - (c) Principais características:
 - Aviação de caça, ataque e reconhecimento.
 - Helicópteros pesados.
 - Aviação de transporte estratégico e tático.
- (2) Componente territorial
 - (a) Emprego principal: Vigilância e controlo do espaço aéreo nacional. Vigilância e detecção marítima.
 - (b) Missões típicas: Patrulhamento marítimo. Contra-violação do espaço aéreo nacional. Busca e salvamento. Apoio a autoridades civis.
 - (c) Principais características:
 - Aviação de caça.
 - Aviação de transporte.
 - Aviação de patrulha marítima.
 - Sistema de vigilância, detecção e controlo do espaço aéreo.

f. Serviço de informações militares

A variedade de missões das Forças Armadas (que vão do emprego em conflitos militares a operações de paz ou de estabilização ou de anti-terrorismo, passando pelo apoio humanitário) e a variedade de regiões em que podem ser empregadas (algumas delas impensáveis há 20 anos atrás) exigem um sistema de informações militares desenvolvido, moderno e atento, beneficiário de sólida e confiável cooperação internacional. (Conhecidos episódios ocorridos na área dos sistemas de infor-

mações são aterradores quanto a este último *desideratum* e mostram que há, ainda, muitas teias de aranha a limpar...). Obriga a uma enorme compilação de informação estratégica básica, a tratar de acordo com as modernas tecnologias.

g. Indústria militar e de defesa

O antigo regime desenvolveu um conceito simples e claro sobre a indústria militar: o país deveria dispor da capacidade de fabricar todo o armamento e equipamento individual e respectivas munições e de proceder à manutenção, de todos os escalões, de todo o equipamento militar que possuísse. Deveria ainda dispor de uma indústria alimentar básica, que colocasse a alimentação das Forças Armadas ao abrigo de eventuais alterações de ordem pública, permitisse acorrer a segmentos da população civil (hospitais, v.g.) nas mesmas situações ou em caso de catástrofe natural e permitisse alimentar tropas isoladas em combate (rações de combate). Devido ao estímulo causado pela entrada na NATO e por alguns Acordos bilaterais (contrapartidas) e pelas guerras ultramarinas, o conceito estendeu-se a outras áreas e, conseqüentemente, a indústria militar chegou a atingir uma expressão de apreciável relevo no conjunto da indústria nacional, abriu caminhos a outras indústrias, alçou-se a alguns patamares de excelência e alcançou alguma penetração internacional. Por razões várias, está actualmente quase extinta.

Dadas as dimensões do país, as necessidades das Forças Armadas e das Forças de Segurança, desde que devidamente racionalizadas e normalizadas, conjugadas com contrapartidas negociadas, poderiam ser um factor interessante para o desenvolvimento e para a evolução tecnológica de sectores significativos da indústria nacional, desde a electrónica à automóvel. Mas têm sido vários os obstáculos: um clima de desconfiança e suspeição, expresso ou reservado; ausência de um diálogo frequente e aberto, que deveria ser tornado institucionalizado, entre os Ministérios envolvidos e as organizações representativas da indústria; falta de conhecimento atempado dos planos de aquisições que permita à indústria preparar-se; alterações frequentes dos planos aprovados; falta de fiscalização de compromissos assumidos, em especial no campo das contrapartidas, etc.

A criação da Agência Europeia de Defesa abre alguns outros nichos de oportunidades à indústria nacional, agora numa escala europeia, sob a forma de parcerias. A nossa vizinha Espanha conseguiu preservar alguns segmentos de ponta e explorar novas oportunidades. Mas, pelo que tenho observado há já alguns anos, receio que, mais uma vez, Portugal se mantenha à margem do processo.

E estou a considerar apenas a dimensão militar da defesa. Se a entendermos na acepção a que tem obedecido esta exposição, então a questão assume uma dimensão

decisiva. Creio que uma visão sobre a defesa não pode ignorar todo este problema, que deveria merecer maior atenção da Assembleia da República, no sentido de serem encontrados novos caminhos.

7. Considerações finais

A concluir começo por retomar um tema já aflorado em dois ou três momentos desta exposição, mas agora abordando-o numa outra perspectiva.

Verificamos no mundo actual uma erosão dos princípios de Vestefália, com a progressiva diluição do domínio reservado dos Estados, a crescente aceitação de um direito de ingerência e a afirmação de limitações ao exercício da soberania. Por outro lado, conforme referimos, a sociedade informacional é fragmentadora, em todos os domínios, incluindo o das formas de violência, e à “democratização” ou “feudalização” da violência vem correspondendo uma “privatização” ou “feudalização” da segurança, bem como o crescente desenvolvimento de conflitos não-clausewitzianos. Estes factos, juntamente com uma certa tendência de mercenarização das Forças Armadas (em consequência do fim do SMO), com o recurso crescente a fontes externas para satisfação de necessidades militares tradicionais e com a introdução do conceito de “leasing” na obtenção de equipamento militar (como se de uma vulgar mercadoria se tratasse), etc. apontam, não apenas a uma como que “remedievalização” da segurança, como tem sido referido por vários observadores, mas a algo de mais inquietante: uma profunda mudança do paradigma das Forças Armadas. Estas tendem a ser encaradas como uma mercadoria, algo que se pode comprar, alugar ou exportar (a expressão, frequente, “Portugal é um exportador de segurança” é, a par da sua bondade, indiciadora desta visão utilitarista e mercantilista da Instituição Militar). Por outro lado, esbateram-se as grandes ideologias e, consequentemente, as grandes fronteiras e as grandes Causas; cultiva-se o hedonismo e o individualismo, tenta-se eliminar, como anti-natural, o sofrimento e a dor, dilui-se o espírito de sacrifício e de solidariedade, que são o cimento das sociedades; o termo “nacional” torna-se suspeito ou fora de moda e a ideia de “Pátria” está em crise em vastos sectores políticos e intelectuais. Neste quadro, oxalá demasiado pessimista, qual o suporte anímico duma “defesa nacional” e dumas “Forças Armadas” que, por essência, devem estar dispostas a morrer (o “pagamento em espécie”, de que fala Clausewitz)? Passaremos de “Forças Armadas” a uma “Força” armada? (Maquiavel, na sua “Arte da Guerra”, já analisava, com profundidade, este tópico).

Finalmente, num outro registo, mais optimista, recordo que o Mundo se encontra num processo de evolução acelerada, que apela a grande flexibilidade, à capaci-

dade de rápida adaptação a situações novas, à experiência cultural e civilizacional ecuménica, e à qualidade dos recursos humanos; que, a par do “poder duro”, hoje só ao alcance dos grandes, abre perspectivas novas ao “poder suave”, ao alcance dos pequenos (o ideal é uma boa combinação dos dois...); e que, como referido, liberta as sociedades de fortes condicionamentos da geografia. Neste quadro, ser pequeno não é uma condenação ou fatalidade. Não admira, assim, que sejam pequenos pelo menos sete dos dez Estados de mais elevados índices nos seguintes domínios: PNB *per capita*, competitividade e desenvolvimento humano. Além disso, ao contrário do previsto numa literatura abundante, nas últimas décadas, sobre o fim do Estado-Nação, a realidade aponta num sentido oposto, devido a razões que aflorámos nesta exposição: em pouco mais de 60 anos, o número de Estados passou de cerca de 50 para mais de 200, e o processo continua em marcha. Assim, no que a Portugal respeita, concluo dizendo, e parafraseando o título de uma obra precursora, clarividente e que teve sucesso há quase duas décadas: *Small can be beautiful*. A transformação do “poder ser” em “ser” depende, apenas, dos portugueses.

Oeiras, 7 de Agosto de 2009